RESUMO

O presente relatório aborda as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, assim como as boas práticas e os desafios centrados na prática de organização, gestão e funcionamento das associações e cooperativas agro-pecuárias no Sul de Angola. Procede à caracterização e descrição socioeconómica, político-administrativa, institucional e de governação da região sul de Angola, que engloba as províncias da Huíla, Cunene e Namibe, e da área de estudo, a qual corresponde à intervenção do Programa de Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola (FRESAN), bem como a caracterização e o mapeamento das associações e cooperativas agro-pecuárias diagnosticadas.

Com base em levantamentos bibliográficos e de campo, bem como a instrumentos de avaliação aplicadas às associações e cooperativas, assim como a entidades e Instituições diversas, sobre as práticas de organização e funcionamento das referidas formas de organização, foi possível estabelecer um diagnóstico regional das mesmas.

A análise e síntese dos resultados, produziu um modelo de avaliação SWOT, a partir do qual se inferiram as boas práticas e os desafios futuros, bem como as recomendações que devem ser observadas no trabalho com as associações e cooperativas.

Sobressaem nas propostas, a necessidade de incrementar o envolvimento dos associados e cooperados em todo o processo que vai desde a concepção da ideia de associação e/ou cooperativa, os actos administrativos, a execução, a monitorização e a avaliação. Salienta-se ainda a importância de reforçar os recursos humanos, técnicos, materiais, financeiros e patrimoniais para a sua autonomia, e em consequência para a concretização da sua actividade agro-pecuária, com os resultados e impactos esperados.

Palavras-chave: Diagnóstico, Associação, Cooperativa, Agro-pecuária, Região Sul de Angola

SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ADRA – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente

AGT – Administração Geral Tributária

EDA – Estação de Desenvolvimento Agrário

ECA's – Escola de Campo para Agricultores

EN – Estrada Nacional

FAS – Antigo Fundo de Apoio Social (actual Instituto Público)

FRESAN – Programa de Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola Financiado pela União Europeia

FOFA – Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

GPAPP – Gabinete Provincial de Agricultura, Pecuária e Pescas

GASFIG – Gabinete Provincial da Acção Social, Família e Igualdade de Género

GALS - Gender Action Learning System

IDA – Instituto de Desenvolvimento Agrário

IGCA – Instituto Geodésico e Cadastral de Angola

INAPEM – Instituto Nacional para o Apoio as Micro, Pequenas e Médias Empresas

INE – Instituto Nacional de Estatística

INSS – Instituto Nacional de Segurança Social

IRSEM – Instituto de Reintegração Social de Ex-Militares

ISV – Instituto de Investigação Veterinária

Km² – quilómetro quadrado

ONG's – Organizações Não Governamentais

PRODESI – Programa de Apoio a Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações

SWOT – O mesmo que FOFA, na versão inglesa

UNACA – Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias de Angola

ÍNDICE GERAL

RESUMO 1
SIGLAS, ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS 2
ÍNDICE GERAL 3
ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS 6
ÍNDICE DE TABELAS 7
I. INTRODUÇÃO 8
1.1. Enquadramento do trabalho 10
1.1.1. Associações e cooperativas agro-pecuárias em Angola e na área em estudo 11
1.1.2. Objectivos 13
1.1.3. Estrutura do trabalho 13
1.2 Caracterização da área de estudo 15
1.2.1. Caracterização socioeconómica 15
1.2.1.1 Território e população 15
1.2.1.2 Ocupação urbana 16
1.2.1.3 Actividades económicas 18
1.2.1.4 Acessos e telecomunicações 19
1.2.1.5 Instituições e agentes locais de desenvolvimento 19
1.2.1.6 Caracterização político-administrativa, institucional e de governação 20
1.3 METODOLOGIA 22
1.3.1 Recolha bibliográfica 23
1.3.2. Levantamento de campo 23
1.3.2.1 Diagnóstico das associações e cooperativas 23
1.3.2.2. Avaliação do conhecimento, envolvimento e o trabalho das diferentes Instituições em favor das associações e cooperativas agrícolas na região Sul 25
1.3.3. Quadro de associações e cooperativas agro-pecuárias na região Sul de Angola 25

1.3.4 Tratamento de dados 26
1.3.5 Ética 26
1.3.6 Discussão e resultados 27
1.3.6.1 Caracterização e mapeamento das associações e cooperativas identificadas na área de intervenção do FRESAN 27
1.3.6.2 Organização, gestão e funcionamento das associações e cooperativas agro-pecuárias identificadas na região de intervenção do FRESAN na região Sul de Angola. 35
1.3.6.2.1 Organização das associações e cooperativas agro-pecuárias 35
1.3.6.2.1.1 Elementos identitários 36
1.3.6.2.1.2 Legalização 38
1.3.6.2.1.3 Estrutura orgânica (organograma) 39
1.3.6.2.1.4 Missão, visão, objectivos e/ou finalidades e estratégias 40
1.3.6.2.1.5 Valores organizacionais 41
1.3.6.2.1.6 Capital humano, recursos materiais, fundos e património 42
1.3.6.2.2 Gestão e funcionamento das associações e cooperativas agro-Pecuárias 44
1.3.6.2.2.1 Órgãos sociais 44
1.3.6.2.2.2 Elaboração e implementação de projectos 46
1.3.6.2.2.3 Resultados de projectos e seus impactos e/ou mudanças 46
1.3.6.2.2.4 Sustentabilidade (social, ambiental e económica) 46
1.3.6.2.2.5 Satisfação dos associados e cooperados 48
1.3.6.2.2.6 Produção, comercialização e emprego 50
1.3.6.2.3 Abordagem e análise de Género nas associações e cooperativas agro-pecuárias 52
1.4 ANÁLISE SWOT, BOAS PRÁTICAS E DESAFIOS SOBRE AS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS AGRÍCOLAS DAS PROVÍNCIAS DA HUÍLA, CUNENE E NAMIBE 58
1.4.1 Forças 58

1.4.2 Fraquezas 60
1.4.3. Oportunidades 62
1.4.4. Ameaças 63
1.4.5 Boas práticas 64
1.4.6 Desafios 65
II. CONCLUSÕES 68
2.1 Recomendações 70
2.2 Referências bibliográficas 72
ANEXOS 76

ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS

Gráfico 1: Mulheres em cargos de direcção em cooperativas 57
Gráfico 2: Mulheres em cargos de direcção em cooperativas 57

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: População de Angola 16
Tabela 2: Demografia da região Sul de Angola (2014) 16
Tabela 3: Municípios, comunas e localidades das províncias da Huíla, Cunene e Namibe 21
Tabela 4: Universo de associações e cooperativas agrícolas na área de intervenção 24
Tabela 5: Associações e cooperativas agrícolas da região Sul 26
Tabela 6: Amostra estudada de associações e cooperativas agrícolas da região Sul 29
Tabela 7: Associações e Cooperativas, situação geral (Huíla) 30
Tabela 8: Associações e Cooperativas, situação geral (Cunene) 32
Tabela 9: Associações e Cooperativas, situação geral (Namibe) 34
Tabela 10: Associações e Cooperativas, na perspectiva de género (Huíla) 53
Tabela 11: Associações e Cooperativas, na perspectiva de género (Cunene) 54
Tabela 12: Associações e Cooperativas, na perspectiva de género (Namibe) 55

I. INTRODUÇÃO

A degradação da qualidade de vida no país, com particular incidência no meio rural, tem trazido para a agenda política, social e económica a questão do desenvolvimento local. A estratégia centralizada e intervencionista implementada na era pós-independência, parece não ter sido capaz de solucionar o problema que bloqueia o desenvolvimento. Refira-se que os teóricos apresentam em relação à essa problemática dois paradigmas essenciais, sendo um, o exógeno, o qual foi experimentado ao longo de vários anos mas sem sucesso, encerrando uma perspectiva de trabalho de cima para baixo, enquanto o segundo, o endógeno, que sustenta a promoção de iniciativas de baixo para cima, valorizando as pessoas e os recursos locais, envolve todos e promove cidadania participativa, evitando assim que se confisque às populações o direito de decidir e controlar seu próprio percurso.

Na verdade, as variações abruptas no mercado globalizado em que assenta a economia do país, vêm traduzindo em quedas os valores das exportações das principais matérias-primas, com claras implicações no Orçamento Geral do Estado, pelo que vem sendo imperioso aplicar-se políticas endógenas, em que se enquadrem a revitalização das associações e cooperativas agrícolas no desejo de fomentar o emprego e diversificar a produção nacional. Aluda-se que, apesar do paradigma endógeno carecer de apoio ao nível central, alicerça-se no princípio de que cada região tem potencialidades, cultura e estrutura próprias, facto que influencia a forma de acção e os resultados a obter. Nessa perspectiva, as associações e cooperativas rurais, ao serem formadas e fortalecidas devem ter como foco a integração de esforços e acções dos camponeses em benefício da melhoria do processo produtivo, criando assim um sistema capaz de gerar rendimentos crescentes mediante a utilização de recursos disponíveis.

> "O desenvolvimento pode ser visto como um processo cultural integrado, carregado de valores, englobando o ambiente natural, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo e o bem-estar. É fundamentalmente um processo endógeno, que surge a partir do foro interior da sociedade, definindo de forma soberana a sua visão ou seu projecto, contando inicialmente com as próprias forças e só depois com as forças dos que querem apoiar porque partilham os mesmos problemas" (Valá, 1996:21).

O Governo angolano reconhece mediante lei própria (lei nº 6/12 e lei nº 23/2015) a importância das associações e cooperativas na promoção da produção e do desenvolvimento socioeconómico. Reconhece igualmente, que a recente experiência do cooperativismo tem sido concretizada sob impulso e orientação do Estado, de modo que o movimento existente ainda não foi capaz de criar organizações empresariais que traduzam o potencial económico existente no sector agrário. Importa, entretanto, salientar, que as mudanças que se vêm operando no domínio político-social, incluindo as inerentes à opção pela economia de mercado, não têm sido seguidas por essas organizações na proporção desejada, enfrentando-se por isso inúmeras dificuldades de gestão, com realce para a reduzida capacidade de provisão de insumos, depois que o Estado abdicou desse papel em face da reestruturação em curso. Realmente, as associações e cooperativas agrícolas angolanas carecem de auto-sustentabilidade, e estão, a grosso modo, dependentes de apoio externo.

O estudo que agora se concretiza por via do presente relatório é deveras relevante, na medida em que as associações e cooperativas são fulcrais para a desejada revitalização da actividade produtiva, num contexto em que a fome grassa em toda região Sul de Angola em face da irregularidade climática. Não obstante a existência de favorável legislação sobre associações e cooperativas, é útil que o Estado continue a incentivar o seu pleno funcionamento de maneira que desempenhem o papel que lhes está reservado, sem perder de vista que as intervenções que se possam julgar oportunas para inverter o actual quadro, serão mais facilmente materializadas mediante essas formas organizativas.

É importante referir que o camponês individual enfrenta inúmeras dificuldades, quer do ponto de vista do processo produtivo, quer no que se refere ao acesso aos mercados. No entanto, se organizados em associação ou cooperativa usufruem de entre outras vantagens do acesso aos insumos, o que concorre para a redução dos custos de produção, além do fácil acesso aos mercados, a assistência técnica incluindo possível acesso ao crédito, sem perder de vista a mitigação de riscos.

1.1. Enquadramento do trabalho

No contexto da mitigação das alterações climáticas e na perspectiva de melhorar a qualidade de vida das populações do Sul de Angola, o Governo e a União Europeia acordaram entre si a efectivação do programa de Fortalecimento da Resiliência e Segurança Alimentar e Nutricional [FRESAN] para o período de 2019 a 2022. Entretanto, foi contratado o Perito **Frederico Flávio Muafeca** para nos marcos do referido acordo proceder ao diagnóstico das associações de camponeses e cooperativas agrícolas presentes nas províncias da Huíla, Cunene e Namibe.

Na realidade, é urgente reforçar a resiliência da agricultura familiar no contexto das já citadas alterações climáticas por via do apoio e desenvolvimento de associações e cooperativas, invertendo desse modo o quadro de insuficiências daquelas organizações, com ênfase para as áreas de gestão, produção e comercialização. O actual nível de funcionamento destas organizações não impulsiona o crescimento e desenvolvimento desejados, sobretudo por haver no geral, incapacidade na aquisição de insumos e no uso colectivo do património, além de não se conseguir buscar formação e assistência técnica ao processo produtivo, desperdiçando assim as oportunidades oferecidas pelo mercado.

Por conseguinte, o estudo orientou-se para uma averiguação criteriosa de aspectos cruciais de organização de associações e cooperativas, mormente dados gerais de identificação, estado de formalização e/ou legalização, estrutura orgânica, órgãos de administração e gestão, missão, visão, valores, objectivos, estratégias, projectos,

resultados, impactos, capital humano, recursos materiais, fundos e património, acções de sustentabilidade, grau de satisfação dos associados e análise de género.

1.1.1. Associações e cooperativas agro-pecuárias em Angola e na área em estudo

Apesar das diferenças e especificidades de cada um dos contextos político, económico, social e cultural, ocorridos antes e depois da independência nacional, a história regista que a actividade associativa e cooperativa em Angola remota à era colonial - um facto constatado do levantamento de João Salazar Leite em 2013, e que se baseia na bibliografia de António Sérgio e Fernando Ferreira da Costa relativamente às suas participações nas edições do Boletim Cooperativista criado em 1951, o qual foi sendo periodicamente publicado até 1975. Importa, contudo, realçar, que as formas organizativas do período antes da independência eram bastante rudimentares e eram, no geral, estabelecidas pelo regime então vigente. Depreende-se dessa maneira, que o propósito dessas formas organizativas era traduzido em planos nacionais de criação de cooperativas, com particular interesse nas vinícolas, frutícolas, oleícolas e outras.

Enquanto isso, o período pós-independência caracteriza-se por dois grandes momentos, sendo o primeiro o pertencente a um novo quadro político assente numa opção de natureza socialista, cuja visão, missão, objectivos e procedimentos eram intrínsecos a um regime de partido único, sem olvidar o largo período de guerra civil, diante do qual as populações viram-se obrigadas a implementar estratégias solidárias e formas alternativas de sobrevivência. Nesse aspecto, não deve ser igualmente menosprezado, o interesse e a influência de outros países, sobretudo os do campo socialista, como foi o caso da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Cuba, Bulgária, as extintas República Democrática Alemã, Jugoslávia, entre outros, cada um com práticas e experiências agrícolas distintas. Por aquela altura, a actividade associativa e cooperativa de maior expressão era liderada pelo Ministério da Agricultura, incluindo a correspondente assistência técnica baseada na unidade de produção.

Por seu turno, o segundo momento decorre dos acordos de paz de Bicesse, assinados a 31 de Maio de 1991, em Estoril, Portugal, sendo este o marco do início do

processo democrático no país. Com ele nasce a abertura para uma maior participação dos cidadãos, incluindo iniciativas de índole privada e associativa, para além do alargamento de acções comunitárias de Organizações Não Governamentais [ONG's] e igrejas. Por altura do retorno à guerra no período entre 1992 e 2002, estes dois últimos tornaram-se verdadeiros actores do bem , desempenhando um papel vital de ajuda humanitária não apenas no meio rural, mas também no interior em vilas e cidades – nessa fase aprofundam-se as dinâmicas da sociedade civil envolvendo as mais variadas facetas.

Durante o citado período de 10 anos de retorno a guerra, foram vivenciadas, em toda a dimensão do país, duras dificuldades socioeconómicas, com realce para a insuficiência de bens de subsistência e o reduzido acesso a insumos agrícolas, havendo essa realidade impelido à criação de muitas associações que mais tarde evoluíram para cooperativas ou mesmo para ONG's. As dificuldades ora descritas ressurgiram com a crise económico-financeira iniciada em 2009, que se agudizou em 2014, consubstanciada na redução dos preços de mercado das principiais matérias-primas e a subsequentemente menor capacidade do Estado em continuar com a sua política assistencialista, no quadro da provisão de insumos agrícolas – uma situação que se agravou pelo facto de grande parte das ONG's internacionais terem saído do país em face do término do período de emergência com o fim da guerra.

Nos dias que correm, em que a diversificação da economia se tornou numa palavra de ordem e os insumos são cada vez mais escassos, a organização de associações e cooperativas pode tornar-se num desígnio ímpar para a revitalização da produção e produtividade agro-pecuária, contribuindo sobremaneira para a redução da pobreza, vulnerabilidade na insegurança alimentar e nutricional. Na realidade, muitas dessas organizações foram criadas mais por força externa e muito pouco por iniciativa própria, sendo bastante frágeis do ponto de vista do planeamento da sua própria actividade. Essa fragilidade vem crescendo não apenas pelo evidente contexto das alterações climáticas, mas também devido à reduzida capacidade institucional e técnico-material dos serviços de agricultura.

Ademais, as associações e cooperativas parecem já não terem uma estrutura de representação central, além de que as discussões relativas à concepção de planos ao nível local e nacional ocorrem quase sempre sem o envolvimento destas.

1.1.2. **Objectivos**

O presente estudo realizou-se na base dos seguintes objectivos específicos:

- Mapear as associações e cooperativas agrícolas pelas áreas de intervenção do FRESAN, designadamente nos municípios das províncias da Huíla, Cunene e Namibe;
- Caracterizar as referidas associações e cooperativas, do ponto de vista da data de constituição e seu histórico, missão, objectivos, valores, actividade principal, número de membros por género ressaltando o papel desempenhado por mulheres;
- Desenhar um quadro/matriz de avaliação das organizações e cooperativas de agricultores para aferir sua capacidade de provisão de serviços tangíveis aos respectivos membros, incluindo às suas necessidades de treinamento e assistência técnica, encaminhando princípios cooperativos e melhores práticas;
- Proceder ao levantamento de boas práticas sobre organização e funcionamento das associações e cooperativas (agrícolas, pecuárias, silvícolas, apícolas e florícolas), incluindo as de menor dimensão nos municípios de intervenção;
- Identificar os principais desafios, fraquezas e oportunidades ao nível organizacional e funcional das associações e cooperativas e propor soluções para ultrapassá-las;
- Sugerir processos de estruturação e desenvolvimento de sistemas de gestão, incluindo esquemas de empréstimos rotativos baseados na comunidade.

1.1.3. Estrutura do trabalho

O presente relatório do estudo de diagnóstico sobre associações e cooperativas na região Sul de Angola assenta em dois capítulos e seis subcapítulos.

O primeiro capítulo e a **introdução** e dele consta o primeiro subcapítulo em que se faz referência ao enquadramento do trabalho e sua estrutura, abordam-se os objectivos da pesquisa, salienta-se o papel e a importância das associações e cooperativas agrícolas.

Segue-se o segundo subcapítulo (**caracterização da área de estudo**) que aborda de forma geral a caracterização socioeconómica da região em análise, com ênfase para as questões demográficas, ocupação urbana, actividades económicas, acessos e telecomunicações, outras instituições e agentes locais de desenvolvimento, a caracterização político-administrativa, institucional e de governação.

O terceiro subcapítulo (**metodologia)** descreve a metodologia utilizada, mormente a revisão bibliográfica e o levantamento de campo, a concepção e aplicação de um questionário às associações e cooperativas agrícolas, bem como as entrevistas a pessoas singulares e representantes de instituições afins.

O quarto subcapítulo (**análise SWOT, boas práticas e desafios sobre as associações e cooperativas agrícolas das províncias da Huíla, Cunene e Namibe)**, resume a interpretação dos dados relevantes obtidos e a construção de um modelo de avaliação na forma de matriz SWOT. Na parte final deste subcapítulo faz-se uma breve alusão às boas práticas e aos principais desafios que as associações e cooperativas precisam vencer com urgência.

No segundo capítulo (**conclusões**)**,** são apresentadas as principais conclusões e salienta-se o alcance e satisfação dos seus objectivos.

O quinto subcapítulo (**recomendações**), reflecte as principais recomendações do estudo, salientando as acções e estratégias a implementar para o fortalecimento da capacidade técnica, organizacional e de gestão das associações e cooperativas agrícolas das províncias da Huíla, Cunene e Namibe – uma abordagem que pela sua natureza, provavelmente se poderá aplicar a outras regiões do país.

O sexto subcapítulo apresenta-se o conjunto da bibliografia de suporte e apoio à elaboração do estudo, incluindo alguns anexos.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

1.2.1. **Caracterização socioeconómica**

1.2.1.1 **Território e população**

Angola tem uma superfície de 1.246.700 km², mas com uma ocupação demográfica algo desequilibrada por haver extensas áreas desabitadas, estando por isso entre os países com a mais baixa densidade demográfica (somente 20,6 habitantes por km²).

O Recenseamento Geral da População e da Habitação (Censo 2014), o primeiro realizado depois da independência nacional, permitiu obter um retrato relativamente actualizado da demografia, como maior activo da nação. O resultado do citado censo evidencia que à data da sua realização (momento censitário, 16 de Maio de 2014), a população residente no país era de 25 789 024 pessoas, desigualmente distribuídas pelo território, sendo que 63% residia em áreas urbanas e 37% em meio rural, e com uma forte concentração na província de Luanda - 6,9 milhões de pessoas, representado mais de ¼ do total da população, equivalendo a uma densidade populacional de 368 pessoas por km², bem acima da média nacional.

O número total de mulheres em Angola era naquela altura de 13.289.983 (51,54%) contra 12.499.041 de homens (48,46%), revelando-se sempre superior, tanto em áreas urbanas com 8.293.373 (51,34%) e 7 860 614 (48,66%), para mulheres e homens respectivamente e quanto às áreas rurais, cujas indicações apontavam para 4.996.610 (51,85 %) de mulheres e 4 638 427 de homens (48,15 %) (Tabela 1).

Por seu turno, a região Sul de Angola no cômputo das três províncias (Huíla, Cunene e Namibe), apresenta uma superfície total de 213.326 km², (17,1 % da área total do País), distribuídos pela Huíla com 79.022 km² (6,34 %), Cunene com 77.213 km² (6,19 %) e Namibe com 57.091 km^2 (4,57 %). A população total da região, à data do momento censitário era de 3.982.835 mil habitantes (15,4%) na razão de 2.497.422 (9,7 %) para a província da Huíla, como a segunda mais povoada do país, o Cunene com 990.087 mil habitantes (3,8%), como a oitava província mais populosa do território nacional e o

Namibe como uma das que apresenta menor número de habitantes com 495,326 mil (1,9%).

O número total de mulheres na região sul de Angola, naquela altura censitária, era de 2.099.817,314 (52,72%) relativamente a 1.899.854,232 de homens (47,28%), revelando-se sempre superior, em qualquer uma das três províncias da região em causa (Tabela 2).

Tabela 1: **População de Angola**

País e área de residência	Total		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Angola	25 789 024	100	12 499 041	100	13 289 983	100
Urbana	16 153 987	62,6	7 860 614	62,9	8 293 373	62,4
Rural	9 635 037	37,4	4 638 427	37,1	4 996 610	37,6

Fonte: INE, Censo 2014

Tabela 2: **Demografia da região Sul de Angola (2014)**

Província / Área de Residência	Total		Homens	Mulheres	Densidade Demográfica (Habitante/km²)	Índice de Masculinidade
	Nº	%	%	%		
Angola	**25.789.024**	**100**	**12.499.041 -100**	**13.289.983 -100**	**19**	**93,8**
Huila	2.497.422	9,7	1.187.408,90 -9,5	1.302.418,33 -9,8	29,9	90,3
Cunene	990.087	3,8	474.963,56 -3,8	544.889,30 -4,1	12,5	87,6
Namibe	495.326	1,9	237.481,78 1,9	252.509,68 1,9	8,2	93,3
Total	3.982.835	15,4	1.899.854,23 15,2	2.099.817,31 15,8	50,6/3 =16,86	271,2/3 =90,4

Fonte: INE, Censo 2014

1.2.1.2 **Ocupação urbana**

Tal como na generalidade do país, na região em análise ocorrem dois tipos de ocupação, a urbana e a rural, sendo que cada uma dela está intimamente ligada a duas

unidades territoriais, a unidade município e a unidade comuna, a partir das quais, se conhecem as chamadas localidades urbanas e rurais. Nessa perspectiva, a província da Huíla compreende 14 municípios, designadamente, Quilengues, Cacula, Humpata, Quipungo, Caconda, Matala, Caluquembe, Gambos, Cuvango, Jamba, Chicomba, Chipindo, Chibia e Lubango, 52 comunas, 3430 localidades, das quais 112 são bairros em áreas urbanas (3,27%) e 3318 são aldeias em áreas rurais (96,73%). A província do Cunene compreende 6 municípios que são o Namacunde, Cuanhama, Curoca, Ombadja, Cuvelai e Cahama, 20 comunas, assim como 850 localidades, das quais 46 são bairros em áreas urbanas (5%) e 804 são aldeias em áreas rurais (95%). Finalmente, a província do Namibe compreende 5 municípios, que são o de Moçâmedes, Camucuio, Bibala, Virei e Tômbwa, 14 comunas, assim como 397 localidades, das quais 44 são bairros em áreas urbanas (11,09%) e 353 são aldeias em áreas rurais (88,91%). No entanto, é também comum designarem-se aos bairros em áreas urbanas como zonas suburbanas, devido à sua característica e natureza intermédia e/ou de transição entre a zona urbana por excelência e a área rural.

A população urbana da província da Huíla reside essencialmente nas sedes capitais dos municípios do Lubango e Matala, no Cunene nas sedes do Cuanhama, Ombadja, Cahama, Namacunde e de algum modo no Cuvelai. Enquanto, na província do Namibe, os grandes aglomerados populacionais estão ligados a Moçâmedes, a cidade piscatória do Tômbwa e Bibala. Regra geral, são as referidas sedes capitais que concentram a maioria das infra-estruturas sociais (escolas, hospitais, institutos educativos públicos e privados, empresas públicas, etc.). Estas áreas urbanas concentram os grupos populacionais com mais rendimentos e são igualmente, os principais centros de consumo.

Com características mistas de ocupação e desenvolvimento urbano encontram-se as localidades que, sem serem sedes capitais e terem alcançado a categoria e perfil de verdadeira sede municipal, apresentam característica fora do rural, beneficiando de algumas actividades e serviços públicos, como por exemplo de educação, saúde e outros pequenos serviços, e onde a população possui outros rendimentos provenientes de actividades comerciais e agrícolas. São exemplos, desta população os residentes nas

sedes das comunas do Hoque e Huíla (município do Lubango), Chibemba (município dos Gambos) e a grande maioria das sedes das comunas na província da Huíla. A vila de Santa Clara, no município de Namacunde, sobretudo pela dinâmica que lhe é intrínseca por força da sua condição de fronteira e das relações socioeconómicas que estão estabelecidas e se assistem entre Angola e Namíbia. É um desses exemplos na província do Cunene, assim como também o já citado município do Cuvelai, pelo seu potencial agrícola e particularidades edafo-climáticas. Finalmente, é exemplo de assentamento promissor e sobretudo pelo seu potencial agrícola (solos e água), o município de Camucuio na província do Namibe.

Contrariamente ao exposto, a localidade de Curoca parece carecer de alguma atenção em termos de diagnóstico do seu potencial, que se acredita existir, e consequentemente de uma melhor projecção para o seu crescimento e desenvolvimento.

No cômputo geral, A área rural compreende a maioria da população das províncias da Huíla, com aproximadamente 96,7%, o Cunene com 95% e o Namibe com 88,9%, numa média em que a agro-pecuária é a principal actividade, assinalando-se a insuficiência e nalguns casos, quase inexistentes serviços públicos.

Os rendimentos provêm do funcionalismo público e privado sobretudo nas sedes capitais, havendo também remessas provenientes de actividades de índole comercial, maioritariamente de natureza informal, além de alguma actividade agro-pecuária.

1.2.1.3 **Actividades económicas**

Apesar das diferenças resultantes das especificidades naturais, nas províncias da região em análise, distinguem-se nove actividades económicas principais, que incluem a agricultura, a silvicultura, a pecuária, a pesca, a indústria, a geologia e minas, o comércio, a hotelaria e o turismo, além de serviços financeiros. A actividade do sector de construção e obras públicas, apesar de recente, vem conhecendo rápido crescimento e revela-se já como uma actividade económica de capital importância.

O sector da pecuária constitui no Sul de Angola, um factor essencial para a vida das populações rurais. Maioritariamente o efectivo pecuário pertence a explorações familiares, compreendendo gado bovino, caprino e aves, cuja produção destina-se ao mercado, para além do autoconsumo. A agricultura é tradicionalmente desenvolvida em sistemas de produção de sequeiro por quase toda região, pese embora sejam visíveis os investimentos públicos virados para a introdução de esquemas de rega, sobretudo nos últimos anos, em face da crescente irregularidade no regime pluviométrico.

1.2.1.4 **Acessos e telecomunicações**

A região Sul de Angola é servida por importantes rodovias, destacando-se a Estrada Nacional [EN] 280, que do Namibe atravessa toda região no sentido Oeste-leste passando pelo Lubango até ao Cuando Cubango, seguindo-se a EN105, que de Santa Clara (Cunene) atravessa a Huíla e faz ligação à província de Benguela. Destaca-se ainda a EN354 que faz ligação de Cacula (Huíla) ao planalto central (Huambo). Assinala-se ainda um conjunto de estradas secundárias e terciárias, no geral construídas em terra-batida e em muito mau estado de conservação.

Além disso, a região é ainda servida pelo Caminho-de-Ferro-de-Moçâmedes edificado sobretudo para assegurar o transporte de minérios do interior da região para o Porto do Namibe, o qual segue um percurso quase paralelo à EN280,.

Ainda no domínio dos acessos, a região conta com condições de transporte aéreo, designadamente aeroportos importantes, especialmente os localizados nas sedes provinciais, alguns dos quais com dimensões para receberem aviões de grande porte.

A região em apreciação está bem servida pela rede de telefonia fixa e móvel, com importantes investimentos nos últimos tempos, destacando-se a implantação da fibra óptica. Ainda assim, existem muitas áreas cinzentas em que tais serviços não se fazem sentir, especialmente nas áreas rurais.

1.2.1.5 **Instituições e agentes locais de desenvolvimento**

A região sul de Angola conta com um universo relativamente grande de outras instituições e agentes locais de desenvolvimento, com destaque para institutos públicos e agências de intervenção rural e periurbana, autoridade tradicional, instituições religiosas, organizações não-governamentais [ONG´s] e associações profissionais e juvenis. Refira-se ainda a existência em todos municípios das Estações de Desenvolvimento Agrário [EDA´s] e as representações dos Institutos dos Serviços Veterinária [ISV´s], que conduzem práticas de extensão e forte componente de desenvolvimento e fomento rural. São por isso, importantes actores de estímulo, animação e facilitação de processos organizativos na perspectiva de constituição e funcionamento das associações e cooperativas agrícolas, não obstante as grandes dificuldades técnico-materiais e de recursos humanos que atravessam.

O antigo Fundo de Apoio Social [FAS], agora instituto público com escritórios nas três províncias, tem igualmente uma forte abordagem de reforço organizacional e institucional na perspectiva do processo de desconcentração administrativa e ultimamente como órgão executor do Projecto Kwenda, vem se tornando num actor fulcral na dinamização e facilitação de processos organizativos de natureza associativa e cooperativa. Papel similar vem sendo desempenhado pela ADRA, cujos escritórios, embora sedeados na Huíla, têm extensões nas vizinhas províncias do Cunene e Namibe. Outras organizações têm, mediante acções junto das comunidades rurais, dado mostras de serem igualmente actores que devem ser associados a essa abordagem de promoção de desenvolvimento.

1.2.1.6 **Caracterização político-administrativa, institucional e de governação**

A organização político-administrativa e governação da região sobrevém dos marcos do Decreto Presidencial nº 202/19 de 25 de Junho, que regulamenta os princípios e as normas de organização e funcionamento dos órgãos da Administração local do Estado.

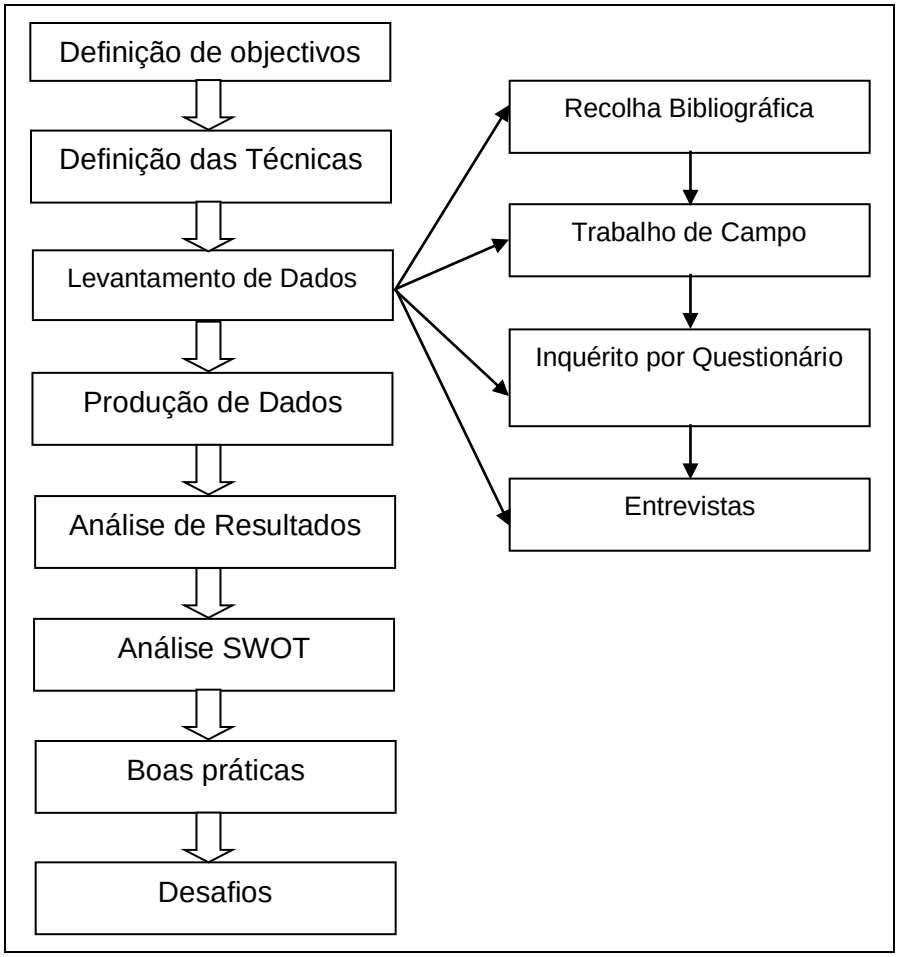
Importa realçar, que no exercício de suas funções os Governos Provinciais e as Administrações Municipais são assistidos por um Órgão de Apoio Consultivo (Conselho de Auscultação e Concertação Social), que reúne ordinariamente de quatro em quatro meses, com o fim de apreciar, apoiar e tomar medidas de natureza política, económica e social.

Tabela 3: Municípios, comunas e localidades das províncias da Huíla, Cunene e Namibe

Províncias	Municípios	Comunas	Localidades		
			Urbana	Rural	Total
Huíla	14	52	112	3 318	3 430
Cunene	6	20	46	804	850
Namibe	5	14	44	353	397

1.3 **METODOLOGIA**

De acordo com os objectivos definidos e as questões de diagnóstico descritas no capítulo introdutório, apresenta-se em seguida a metodologia utilizada na avaliação do estado de organização, gestão e funcionamento das associações e cooperativas na região Sul de Angola. Para a sua concretização recorreu-se a distintas técnicas para obtenção de dados, avaliação e análise de resultados que se traduzem no fluxograma seguinte:



1.3.1 **Recolha bibliográfica**

A recolha bibliográfica, privilegiou dados socioeconómicos (população e território, ocupação urbana, actividades económicas, serviços sociais, acessos, comunicações e outros serviços básicos, outras instituições e agentes locais de desenvolvimento) da região, bem como a caracterização institucional e de governação (estrutura da Administração Local do Estado, nomeadamente dos Governos Provinciais), articulação governamental, apoio, gestão e funcionamento das associações e cooperativas, a diferente legislação e enquadramento jurídico-legal relacionado com as formas organizativas, bem como questões relacionadas com a aplicação do regime das referidas associações e cooperativas. A segunda fase de recolha de dados centrou-se no conhecimento das associações e cooperativas, bem como a sua distribuição pelos territórios das províncias da Huíla, Cunene e Namibe. A recolha bibliográfica, foi feita ao nível de diferentes materiais escritos e publicados, nos Governos Provinciais, nas várias instituições e serviços das províncias da Huíla, Namibe e Cunene, bem como nos municípios a elas afectos.

1.3.2. **Levantamento de campo**

O levantamento de campo foi detalhado e englobou as três províncias (Huíla, Namibe e Cunene), com recurso a inquérito por questionário, a observação directa e entrevistas para constatação e descrição dos elementos para a caracterização da organização, gestão e funcionamento das associações e cooperativas.

1.3.2.1. **Diagnóstico das associações e cooperativas agrícolas**

Na realização do estudo de diagnóstico do estado de organização, gestão e funcionamento às associações e cooperativas, foi elaborado e fornecido um inquérito por questionário, dirigido essencialmente aos líderes e gestores.

Na realidade, um universo de 372 associações e 74 cooperativas fazem parte da região analisada entre finais de Setembro e início de Outubro de 2021. O questionário constou tanto de perguntas fechadas quanto abertas, e centrou-se no conhecimento das associações e cooperativas – um instrumento tido como mais importante e que assegurou em primeira instância a informação na percepção e voz própria.

Tabela 4: Universo de associações e cooperativas agrícolas na área de intervenção

N.°	PROVÍNCIA	Universo de Organizações na área de intervenção			
		Nº DE MUNICÍPIOS	ASSOCIAÇÕES	COOPERATIVAS	TOTAL
01	**Província da Huíla**		**222**	**42**	**264**
1.1.		Chicomba	41	06	47
1.2.		Quilengues	54	03	57
1.3.		Chibia	34	15	49
1.4.		Gambos	23	05	28
1.5.		Humpata	10	05	15
1.6.		Jamba	60	08	68
02	**Província do Namibe**		**00**	**17**	**17**
2.1.		Moçâmedes	00	13	13
2.2.		Tômbwa	00	02	02
2.3.		Bibala	00	01	01
2.4		Camucuio	00	01	01
2.5.		Virei	00	00	00
03	**Província do Cunene**		**150**	**15**	**165**
3.1.		Cuanhama	54	03	57
3.2.		Cuvelai	42	02	44
3.3.		Ombadja	27	03	30
3.4.		Cahama	09	03	12
3.5.		Curoca	08	02	10
3.6.		Namacunde*	10	02	12
TOTAL			**372**	**74**	**446**

* Inicialmente não previstos (Virei e Namacunde)

Com base nas 372 associações e 74 cooperativas existentes na área de intervenção do FRESAN, foi proposta inicialmente uma amostragem circunscrita a 16 municípios, 21 associações e 54 cooperativas do universo das 75 entidades, contra uma execução posterior de visitas efectivas no terreno a 35 associações e 31 cooperativas, correspondendo a um número total de 66 entidades em 17, por inclusão do município de Namacunde no Cunene, não previsto inicialmente.

1.3.2.2. **Avaliação do conhecimento, envolvimento e o trabalho das diferentes Instituições em favor das associações e cooperativas agrícolas na região Sul**

Foi construído um instrumento de avaliação específico traduzido numa entrevista, com questões abertas, que foi aplicado a distintas instituições. Este instrumento foi igualmente aplicado à “Task Force” – um órgão constituído pelos Governos Provinciais para a formalização de cooperativas no âmbito do Programa de Apoio a Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações [PRODESI], sendo na actualidade, o principal elemento de acompanhamento das acções do associativismo e cooperativismo, fazendo simultaneamente ligação às agências de política e financiadoras.

Este instrumento foi aplicado aos funcionários daquelas instituições ao nível das três provinciais, designadamente aos Gabinetes Provinciais de Desenvolvimento Económico Integrado, Instituto Nacional para o Apoio as Micros, Pequenas e Médias Empresas [INAPEM], Notários, Instituto de Reintegração Social de Ex-Militares [IRSEM], Gabinetes Provinciais da Acção Social, Família e Igualdade do Género [GASFIG], Administração Geral Tributária [AGT], Instituto Nacional de Segurança Social [INSS], Instituto Geodésico e Cadastral de Angola [IGCA], Administrações Municipais, Gabinete Provincial de Agricultura Pecuária e Pescas [GAP] e Instituto de Desenvolvimento Agrário [IDA].

1.3.3. **Quadro de associações e cooperativas agro-pecuárias na região Sul de Angola**

A partir de um quadro de referência de 20 mil associações e cooperativas registadas na Confederação das Associações e Cooperativas agro-pecuárias de Angola [UNACA], os

dados da região nas três províncias, são, segundo o IDA, 985 associações e 256 cooperativas, no cômputo geral dos 25 municípios da região.

Tabela 5: Associações e cooperativas agrícolas da região Sul

N.º	PROVÍNCIA	CENSO			
		Nº DE MUNICÍPIOS	ASSOCIAÇÕES	COOPERATIVAS	TOTAL
1	Huíla	14	835	224	1059
2	Namibe	5	0	17	17
3	Cunene	6	150	15	165
TOTAL		**25**	**985**	**256**	**1241**

Fonte: IDA (Huíla, Cunene e Namibe)

Contudo, e na base da requerida amostragem, a pesquisa somente incidiu em 35 associações e em 31 cooperativas envolvendo os municípios de intervenção directa do FRESAN.

1.3.4 **Tratamento de dados**

No terreno o estudo foi concretizado mediante a aplicação de um questionário, cujo posterior tratamento assentou na utilização da estatística descritiva simples, traduzida em tabelas, gráficos e distribuição de frequências. Por outro lado, sendo as associações e cooperativas, duas entidades com natureza e características próprias, além de distribuídas por contextos geográficos particulares, os resultados acima mencionados foram analisados de forma estratificada; primeiro numa dimensão relacionada com a forma de organização (associação ou cooperativa), pela correspondente localização geográfica, mormente, províncias do Namibe, Cunene e Huila.

1.3.5 **Ética**

O estudo foi concretizado na base de uma conduta ética interessada apenas na investigação científica. Com efeito, os contactos com as associações, cooperativas e demais achados convenientes, foram antecedidos por explicações claras sobre os objectivos pretendidos, elucidando os distintos aspectos a investigar, incluindo a

necessidade do seu tratamento com verdade na perspectiva de se contribuir para a resolução de problemas reais em razão da matéria em análise. Por essa razão, as questões éticas estivam assentes em três princípios essenciais, mormente o inerente ao respeito pelas pessoas, o princípio da beneficência e o princípio de justiça.

Quanto ao primeiro, o estudo orientou-se no respeito da dignidade da pessoa humana, privilegiando o seu envolvimento consentido, além da prestação de informações que se julgaram indispensáveis de modo que a referida participação foi conseguida com a desejada autonomia e responsabilidade, evitando-se no essencial, que a investigação estivesse acima dos direitos das pessoas. No mesmo sentido e no quadro do segundo princípio, os envolvidos foram previamente esclarecidos sobre os resultados pretendidos, evitando expectativas fora do contexto da pesquisa.

No que se refere ao princípio de justiça, primou-se por um tratamento justo e imparcial de todos os envolvidos, com ênfase para a observância da privacidade, anonimato e confidencialidade. Por conseguinte, a selecção das áreas e sujeitos dependeu simplesmente das necessidades da pesquisa, tendo sido declinados quaisquer outros factores. No mesmo sentido, foi solicitada permissão para a obtenção de fotografias ou da observação directa, no quadro da necessária triangulação de dados.

1.3.6 **Discussão e resultados**

Neste capítulo reúne-se de forma detalhada os resultados sobre a análise dos principais elementos relacionados com a organização e funcionamento das associações e cooperativas agrícolas, incluindo as boas práticas e desafios de intervenção, numa perspectiva de fortalecimento da sua capacidade técnica, organizacional e de gestão. Tal como já mencionado, a amostra deste estudo é constituída pelo conjunto de associações e cooperativas pertencentes as províncias da Huíla, Cunene e Namibe em que se enquadra a intervenção do FRESAN.

1.3.6.1 Caracterização e mapeamento das associações e cooperativas identificadas na área de intervenção do FRESAN

O quadro de referência nacional aponta para a existência de um universo de 20 mil cooperativas e associações agro-pecuárias registadas na UNACA. Desse conjunto as três províncias da região Sul (Huíla, Cunene e Namibe) controlam segundo o IDA, um total de **1241,** das quais **985** são associações e **256** cooperativas, as quais se distribuem pelos 25 municípios da região. Na região, a Huíla é a líder com 1059 entidades, repartidas por 835 associações e 224 cooperativas. Segue-se o Cunene com 165, das quais 150 associações e 15 cooperativas. A província do Namibe é a que menos entidades apresenta, com apenas 17 cooperativas e nenhuma associação, tal como se descrimina na tabela 6:

Desse total de **1241** associações e cooperativas da região, percebe-se que na área de intervenção do FRESAN (17 municípios) existem 446, sendo que 372 são associações e 74 cooperativas. Analisando por província, a Huíla lidera nos 6 municípios, com o maior número de associações e cooperativas, compreendendo 222 e 42, respectivamente. A província do Cunene, apresenta-se em segundo lugar com igual número de municípios, quando comparado com a Huíla, compreendendo 150 associações e 15 cooperativas, perfazendo um total de 165 organizações. O Namibe, com 5 municípios, apresenta unicamente 17 cooperativas.

Tabela 6: Amostra estudada de associações e cooperativas agrícolas da região Sul

N.°	PROVÍNCIA	AMOSTRAGEM			
		Nº DE MUNICÍPIOS	ASSOCIAÇÕES	COOPERATIVAS	TOTAL
01	**Província da Huíla**		**12**	**31**	**43**
1.1.		Chicomba	2	4	6
1.2.		Quilengues	3	2	5
1.3.		Chibia	2	11	13
1.4.		Gambos	1	4	5
1.5.		Humpata	1	4	5
1.6.		Jamba	3	6	9
02	**Província do Namibe**		**0**	**13**	**13**
2.1.		Moçâmedes	0	10	10
2.2.		Tômbwa	0	1	1
2.3.		Bibala	0	1	1
2.4		Camucuio	0	1	1
2.5.		Virei	0	0	0
03	**Província do Cunene**		**9**	**10**	**19**
3.1.		Cuanhama	3	2	5
3.2.		Cuvelai	2	2	4
3.3.		Ombadja	2	2	4
3.4.		Cahama	1	2	3
3.5.		Curoca	1	2	3
3.6.		Namacunde*	0	0	0
TOTAL			**21**	**54**	**75**

* Inicialmente não previsto (Namacunde)

As 66 visitas realizadas, permitiram identificar e caracterizar 35 associações e 31 cooperativas, atendendo aos aspectos de sua organização, gestão e funcionamento. Contudo, antes da pretendida caracterização, importa apresentar o mapa que reflecte o número de associações e cooperativas agro-pecuárias visitadas, sua localização, situação jurídica e associados.

Tabela 9: Associações e Cooperativas, situação geral (Huíla)

N.º	Designação da Entidade	Nome e/ou Denominação	Localização		Data de Fundação	Situação jurídica e/ou legalização	Nº de Famílias	Género	
			Município	Localidade				Masc.	Fem.
1	Associação	Okulima	Chibia	Vila da Chibia	2005	Em vias de legalização	42	13	29
2	Associação	Vituli II	Chibia	Chaungo	2012	Não legalizada	-	-	-
3	Cooperativa	Kokule	Chibia	Sector do Caculuvar	2008* 2009**	Legalizada	42	36	6
4	Cooperativa	Agro-pecuária e Pesca Vituli	Chibia	Chaungo	2010	Legalizada	41	20	21
5	Cooperativa	Fazenda Amélia II – Yumba Tumbi	Chibia	Comuna Sede	2020	Não legalizada	50	29	21
6	Cooperativa	Fazenda Amélia I	Chibia	Comuna Sede	2020	Não legalizada	143	74	69
7	Associação	Muetulimbue (Ex-militares)	Humpata	Honkuluvala	2020	Não legalizada	25	-	-
8	Associação	Tchihetequela	Humpata	Honkuluvala	2014	Não legalizada	31	-	-
9	Cooperativa	Agro-industrial, Florestal e Turística Mbala yohumpata	Humpata	Comuna Sede	2019	Em vias de legalização	45	-	-
10	Associação	Morro primeiro	Jamba	Bairro do Morro primeiro	2020	Não legalizada	10	5	5
11	Cooperativa	Mutualinguile (Ex-militares)	Jamba	Dongo – Litangue	2009	Em vias de legalização	100	-	-
12	Cooperativa	Tchali Tchombela	Jamba	Sede Zona A	2013	Não legalizada	5	-	-
13	Cooperativa	Hungu	Jamba	Hungu - Sede	2021	Legalizada	17	7	5
14	Cooperativa	Tuasandjuca	Jamba	Bairro Camuengue	2020	Legalizada	41	39	2

15	Associação	kuatoko Namukeueno	Chicomba	Chitale	2020	Não legalizada	65	47	18
16	Associação	Calomenino	Chicomba	Bairro Nende - Sede	2021	Não legalizada	38	25	13
17	Associação	04 de Abril	Chicomba	Bairro Chivinda – Sede do Quê	2020	Em vias de legalização	35	16	19
18	Cooperativa	Vicuio	Chicomba	Comuna do Quê –Vicuio	2019* 2021**	Não legalizada			
19	Cooperativa	Otulongundja Vioculima	Chicomba	Vicuangala – Sede	2017* 2021**	Não legalizada	74		
20	Associação	Fera Lucote	Quilengues	Cambulo	1980*** 2005****	Em vias de legalização	66		
21	Associação	Caussamba	Quilengues	Muloi I - Sede	2015	Não legalizada	35		
22	Associação	Mutengue	Quilengues	Muloi I – Sede	2015	Não legalizada	35		
23	Cooperativa	Vatato Otchissola	Quilengues	Bonga	2020	Legalizada	35		
24	Cooperativa	Agro-pecuária 1º de Maio	Quilengues	Mussaca	1992* 2016**	Legalizada	60		
25	Associação	Tchihetequela	Gambos	Rio de Areia - Chibemba	2014	Em vias de legalização	52	18	34
26	Associação	Tunda I	Gambos	Tunda I	1987	Em vias de legalização			
27	Associação	Tunda II	Gambos	Tunda II	2014	Em vias de legalização	37	7	30
28	Associação	Criadores tradicionais de Gado “Ovatumbi”	Gambos	Tunda dos Gambos	1999º 2006*	Legalizada	Criadores no geral		

Legenda: º Núcleo; * Iniciada como Associação; ** Assumida como Cooperativa; *** Parada; **** Reiniciada

Tabela 10: Associações e Cooperativas, situação geral (Cunene)

N.°	Designação da Entidade	Nome e/ou Denominação	Localização		Data de Fundação	Situação jurídica e/ou legalização	Nº de Famílias	Género	
			Município	Localidade				Masc.	Fem.
29	Associação	Nós e o Mundo Material	Cuanhama	Caxila II	2015	Legalizada	34	12	22
30	Associação	Sandjuka	Cuanhama	Ondjiva	2010	Em vias de legalização	34	23	11
31	Associação	Handa	Cuanhama	Ondjiva	2015	Em vias de legalização	22	10	12
32	Cooperativa	Tuayovoca	Cuanhama	Ondjiva	2008	Em vias de legalização	65		
33	Cooperativa	Tomandele, RL.	Cuanhama	Ondukusu	2015* 2020**	Legalizada	90	45	45
34	Associação	Tchikolomwenho	Cuvelai	Mukolongondjo	2001	Em vias de legalização	40	7	33
35	Associação	Rei Muatchiava	Cuvelai	Mukolongondjo	2003	Em vias de legalização	42	21	21
36	Cooperativa	Abrão Tyipa Tyiongo (A2T, RL)	Cuvelai	Mukolongondjo - Mevahiela	2013	Legalizada	14	8	6
37	Cooperativa	Vinhati Mbambi, R.L	Cuvelai	Comuna Sede do Cuvelai	2013* 2020**	Legalizada	10	4	6
38	Associação	Mwakwatchindi II - Bairro Comandante Vidigal	Ombadja	Cmdte Vidigal Xangongo	2014	Em vias de legalização	40	18	22
39	Associação	Tchimunga Ecolelo – Bairro Comandante Vidigal	Ombadja	Cmdte Vidigal Xangongo	2014	Em vias de legalização	41	10	31
40	Cooperativa	De Pesca Artesanal e Agricultura - 11 de Novembro	Ombadja	Calueque	2006* + 1 mês**	Legalizada	145	105	40
41	Cooperativa	De Produção Agrícola do Cunene, R.L	Ombadja	Calueque	1998* 2005**	Legalizada	295	196	99
42	Associação	Munguete	Cahama	Banno Enkonko	2016	Não legalizada	40	25	15
43	Associação	Undapa Wendenecomutue	Cahama	Cahama Velha	2021	Não legalizada	30	11	29
44	Cooperativa	Vieha Vinheta	Cahama	Eulo	1997* 2010**	Legalizada	31	15	16
45	Cooperativa	Agro-pecuária Ediva Hamavoco	Cahama	Ediva	1978* 2011**	Legalizada	76	19	57

46	Associação	Ninguei Possímue	Curoca	Povoação Ruacana – Ombaue	2021	Não legalizada	12	8	4
47	Cooperativa	Ouwa Womeva - ADL	Curoca	Chitado	2017	Em vias de legalização	37	14	23
48	Cooperativa	Onossi onompunda	Curoca	Chitado	2019	Legalizada	6	2	4
49	Associação	Kamassolo – 10, Tchissola e associados	Namacunde	Comuna Sede	2020	Em vias de legalização	15	10	05
50	Associação	Epopelo	Namacunde	Santa Clara	2019	Em vias de legalização	43	18	25

Legenda: º Núcleo; * Iniciada como Associação; ** Assumida como Cooperativa; *** Parada; **** Reiniciada

Tabela 11: Associações e Cooperativas, situação geral (Namibe)

N.°	Designação da	Nome e/ou Denominação	Localização	Data de	Situação jurídica	Nº de	Género

	Entidade		Município	Localidade	Fundação	e/ou legalização	Famílias	Masc.	Fem.
51	Associação	04 de Abril – Ex-militares	Moçâmedes	Macala Tchipati	2004	Em vias de legalização	19	9	10
52	Cooperativa	Agro-pecuária e Pesca Tchissongo	Moçâmedes	Giraúl de Cima	1979	Legalizada	74	44	30
53	Cooperativa	Progresso da Macala	Moçâmedes	Chimôngua	2006	Em vias de legalização	23	17	6
54	Cooperativa	Muhombo	Moçâmedes	Giraúl de Cima	2008	Legalizada	43	33	10
55	Cooperativa	Agro-pecuária do Curoca	Tômbwa	Curoca	2003	Legalizada	65	35	30
56	Cooperativa	Agro-pecuária do Pinda Paiva	Tômbwa	Pinda	2005	Legalizada	58	46	12
57	Associação	Gatulikuatefeco	Virei	Kuiti Kuiti	2021	Não legalizada	50	13	37
58	Associação	Matululoco	Virei	Cavelocamue I	2014	Não legalizada	25	5	20
59	Associação	Matuvietekela	Virei	Cavelocamue II	2012	Não legalizada	25	20	5
60	Cooperativa	Do queijo	Virei	Sede	2021	Em vias de legalização	8	5	3
61	Associação	Culucayona	Camucuio	Culucayona	2010	Não legalizada	5	5	0
62	Cooperativa	Tuayovoca	Camucuio	Tchipopilo II	2014* 2021**	Legalizada	90	80	10
63	Cooperativa	Caleva	Camucuio	Caleva	2020	Não legalizada	5	5	0
64	Associação	Tulimei Tulhe	Bibala	Chipamba	2006	Não legalizada	75	30	45
65	Associação	Cacanda I	Bibala	Cacanda	2018	Não legalizada	150	-	-
66	Associação	Da Mulher no Meio Rural	Bibala	Munhino	1996	Em vias de legalização	50	13	37

Legenda: º Núcleo; * Iniciada como Associação; ** Assumida como Cooperativa; *** Parada; **** Reiniciada

1.3.6.2 **Organização, gestão e funcionamento das associações e cooperativas agro-pecuárias identificadas na região de intervenção do FRESAN na região sul de Angola.**

Para a análise relativa ao domínio da organização, gestão e funcionamento das associações e cooperativas agro-pecuárias na região, foram tidos em conta diferentes indicadores que constam da ficha de inquérito em anexo, e que se complementam com a informação obtida por meio de entrevistas e da observação directa, que uma vez agrupados, favoreceram a análise dos referidos domínios. Segundo o Ministério de Educação do Brasil (1987), consideram-se como aspectos chaves do domínio da organização, a constituição, a legalização e o organograma, assim como todos os demais elementos a eles conexos. Segundo a mesma fonte considera-se para o domínio da gestão e funcionamento os aspectos que se relacionam com os órgãos sociais, o fluxograma, os documentos internos e fiscais entre outros.

Nessa perspectiva e na base do questionário, assumiu-se para análise organizacional os elementos identitários gerais, a legalização, a estrutura orgânica (organograma), a missão, a visão, os valores, objectivos e/ou finalidades, as estratégias, o capital humano, recursos materiais, os fundos e o património afecto a cada uma das associações e ou cooperativas. Já para a análise funcional, observaram-se os elementos relativos aos órgãos sociais, a elaboração e implementação de projectos, os resultados dos referidos projectos e os seus impactos e/ou mudanças, a sustentabilidade (social, ambiental e económica), bem como os níveis de satisfação dos seus associados. A análise desse domínio, subentende e privilegia as questões de índole da produção, comercialização e até mesmo o emprego.

A par dos dois domínios e por razões de equidade e igualdade de género, analisa-se de forma particular um terceiro elemento específico em matéria de papéis entre homens e mulheres. Em obediência a esses pressupostos, procede-se à caracterização das associações e cooperativas identificadas, mediante os referidos domínios e indicadores.

1.3.6.2.1 **Organização das associações e cooperativas agro-pecuárias**

Tal como foi referido, para a organização das associações e cooperativas assumiram-se os elementos identitários gerais e os aspectos atinentes à legalização.

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

1.3.6.2.1.1 **Elementos identitários gerais**

Quanto aos elementos identitários gerais, constatou-se que as associações objecto do estudo foram criadas no período de 1996 a 2020, sendo que das oito associações no Namibe, uma única foi criada em 2021 e as sete demais entre 1996 a 2018. No Cunene, o total das 12 associações foram criadas entre 1996 a 2010, com uma maior incidência entre os anos de 2002 à 2004, correspondendo 33,3%. Na Huíla, as datas de fundação das suas 15 associações distribuíram-se entre 2002-2004 e 2005-2007, com 37,5% e 25%, respectivamente.

As razões para a criação das associações e cooperativas são variadas e diferem de província para província, sendo que no Namibe as ONG's lideram essa dinâmica, contrariamente ao Cunene e Huíla, aonde se observa algum protagonismo de pessoas singulares. No Namibe, 50% das associações foram criadas por iniciativa de ONG's, 25% por iniciativa singular, 12,5% por iniciativa da EDA e de grupo. No Cunene, 50% foram criadas por iniciativa singular e de grupos (25% para cada), 16,7% por iniciativa da Administração local, 8,3% da EDA e igual número para as ONG´s (8,3%), além de outros com um total de 16,7%. Já na Huíla, 25% foram criadas por iniciativa singular, 18,75% por iniciativa de grupo, 18% por iniciativa de ONG's, 12,25% por iniciativa da EDA e 6,25% por iniciativa da Administração Municipal, havendo 18,75% omissas.

A actividade principal das associações resume-se à agro-pecuária, à agricultura e à pecuária. Porém, o peso de cada uma das actividades difere entre províncias. No Namibe, dedicam-se tanto a agro-pecuária como a agricultura, com um percentual de 42,9% e 57,1% respectivamente. No Cunene, predomina a actividade agrícola e agro-pecuária, com um percentual de 69,2% e 23,1%, enquanto na Huíla é considerável o predomínio da actividade agrícola com 83,3%, a agro-pecuária com 8,3% e a pecuária com igual percentagem quase residual (8,3%).

No cômputo geral, o total de associações identificadas e que funcionam nos respectivos territórios (aldeias, povoações e/ou províncias) é superior a 50%, apesar das diferenças entre cada uma das províncias, conforme se discrimina. Refira-se que a

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

povoação corresponde a um conjunto de aldeias, implantadas num raio não superior a 5 km as quais subordinam a mesma liderança local.

No Namibe, 71,4% das associações funcionam plenamente em seus territórios de intervenção, que são as aldeias, povoações e províncias, num percentual de 50%, 33,3% e 16,7%, respectivamente. No Cunene é perceptível o funcionamento de qualquer uma em territórios como povoações (16,7%), comunas (41,7%) e municípios (41,7%), sendo que 33,3% dessas associações integram essa dinâmica desde o ano 2016. Finalmente, a Huíla garante 50% de funcionamento pleno das suas associações em aldeias e povoações numa percentagem de 25% e 18,8 % respectivamente.

As associações estão geograficamente distribuídas na províncias: i) província do Namibe, nas localidades da Macala Tchipati, Kuiti Kuiti, Cavelocamue I, Cavelocamue II, Culucayona, Chipamba, Munhino e Cacanda; ii) província do Cunene nas localidades de Kaxila II, Ondjiva, Mukolongondjo, Bairro Cmdte Vidigal em Xangongo; Bairro Enkonko na Cahama, Cahama Velha, Povoação Ruacana – Ombaue, Comuna Sede de Namacunde e Santa Clara; e iii) província da Huíla nas localidades de Vila da Chibia, Chaungo, Honkuluvala, Bairro Morro Primeiro na Jamba, Chitole em Chicomba, Bairro Nende – Sede de Chicomba, Bairro Chivinda – Sede Quê, Cambulo e Muloi I em Quilengues, Rio de Areia – Chibemba, Tunda I, Tunda dos Gambos e Tunda II.

No caso das cooperativas e à semelhança das associações, foram criadas no período entre 1996 e 2020, sendo que das oito cooperativas no Namibe, sete, tal como as suas associações, foram criadas em 2020, enquanto no período de 2005 a 2007 foi fundada apenas uma cooperativa. No Cunene, o total das 10 cooperativas foram criadas entre 1996 e 2010, com uma maior incidência entre os anos de 2002 e 2004 em que se observou a fundação de 40%. Na Huíla, as datas de fundação das suas 13 cooperativas, situam-se em 23,08% no período de 1996 a 1998, 53,84% entre 2008 a 2010 e 23,08% entre 2009 a 2019.

A iniciativa pela criação das cooperativas difere de província para província, sendo que no Namibe as iniciativas singulares e de grupo lideram com 37.5% cada, ao passo que no Cunene 60% das iniciativas de criação das cooperativas foram da

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

responsabilidade tanto de grupos como das Administrações, em proporção igual de 30% para cada. Na Huíla, tal como no Namibe, predominam iniciativas de pessoas singulares na criação das cooperativas com 33%, às quais se seguem as iniciativas de grupo e de outros, com 13,33% cada.

A actividade principal das cooperativas resume-se a duas, designadamente a agro-pecuária e a agricultura, podendo ser uma ou outra, dependendo do peso e da prioridade da província e dos respectivos membros. No Namibe, dedicam-se tanto a agricultura quanto a agro-pecuária, com um percentual de 50% e 37,5% respectivamente. No Cunene, predominam as actividades agro-pecuárias e agrícolas, com um percentual de 41,7% e 33,3%. Finalmente, na Huíla é notável um predomínio da agricultura com 66.7% e a agro-pecuária com 33,3%.

Relacionado com as áreas de intervenção das cooperativas, o Namibe compreende aldeias (52,5%), povoações (12,5%), e comunas (12,5%). O Cunene, com uma forte dinâmica de funcionamento avaliado em 60% nos anos de 2016 à 2021, tem a sua intervenção associadas às povoações, comunas e municípios com 10%, 30% e 40%, respectivamente. Já a Huíla, tem a sua intervenção ligada a aldeias, povoações, comunas e municípios com um percentual de 20%, 6,7%, 20% e 6,7% respectivamente.

As cooperativas estão territorialmente distribuídas província do Namibe nas localidades do Giraúl de Cima, Chimôngua, Curoca, Pinda, Virei Sede, Tchipopilo II e Caleva. Na província do Cunene, nas localidades de Ondjiva, Ondukusu no Cuanhama, Mukolongondjo – Mevahiela, Comuna Sede do Cuvelai, Calueque, localidade do Eulo na Cahama e Ediva – Cahama e na província da Huíla nas localidades do Caculuvar, Chaungo, Comuna Sede da Chibia, Comuna Sede da Humpata, Dongo – Litangue na Jamba, Zona A da Sede da Jamba, Hungu – Sede da Jamba, Bairro Camuengue na Sede da Jamba, Comuna do Quê – Vicuio, Vicuangala – Sede, Bonga em Quilengues e Mussaca.

1.3.6.2.1.2 **Legalização**

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

Entre as 35 associações identificadas, apenas 2 associações estão legalizadas, 14 em vias de legalização e 19 não estão legalizadas, conforme se discrimina para cada uma das províncias. O Namibe conta com 6 (75%) associações não legalizadas e 2 (25%) em vias de legalização. O Cunene tem apenas 1 (8,3%) legalizada das 12 associações, contra 7 (58,3%) em vias de legalização e 4 (33,3%) não legalizadas. Na Huíla, entre as 15 associações apenas 1 (6.7%) está legalizada, sendo que 5 (33.3%) se encontram em vias de legalização e 9 (60%) não estão legalizadas.

Entre os actos administrativos e documentos de suporte evidenciam-se baixos níveis de execução, como por exemplo, apenas 8,3% possui acto de constituição, 25% possuem estatutos, 10% possuem escritura pública e nenhuma publicada em Diário da República.

Quanto às cooperativas, das 31 identificadas, 19 (61,3%) estão legalizadas, 6 (19,35%) em vias de legalização e as restantes 6 (19,35%) não estão legalizadas. No Namibe 5 (62,5%) estão legalizadas, 2 (25%) em via de legalização e 1 (12,5%) não legalizada. No Cunene 8 (80%) estão legalizadas e 2 (20%) em vias de legalização. Na Huíla, 6 (46.2%) estão legalizadas, 2 (15,3%) em vias de legalização e 5 (38,5%) não estão legalizadas.

Importa referir, que a implementação do PRODESI teve relativa influência e constitui até à data um elemento facilitador no processo de legalização das cooperativas, obrigando-se ao um conjunto de procedimentos e actos administrativos, nomeadamente certidão de admissibilidade, acto de constituição, Acta de Constituição ou certidão, Escritura Pública, Estatutos, Número de Identificação Fiscal, publicação em Diário da República, etc. Igualmente, e apesar de tímido, é reconhecido algum interesse e envolvimento de determinadas Administrações Municipais, no processo de legalização das cooperativas, como é o caso da Administração Municipal da Jamba na província da Huíla.

1.3.6.2.1.3 **Estrutura Orgânica (Organograma)**

Nas associações é perceptível uma variabilidade na adopção da estrutura orgânica que se situa entre os 37,5% na província da Huíla, 50% no Namibe e 83,3% no Cunene,

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

sendo que todas elas privilegiam uma estrutura o mais simples possível, ou seja, adoptam uma estrutura caracterizada pelo baixo grau de departamentalização, grande amplitude de controlo, autoridade centralizada e pouca formalização. É também uma estrutura bastante horizontal, com funções flexíveis e com um líder principal. Igualmente, nas cooperativas assiste-se a uma variabilidade na adopção da estrutura orgânica e na sua tipologia, que se situa entre os 33,3 % e 100%.

Na província do Namibe, as 8 (100%) cooperativas privilegiam a estrutura orgânica simples, enquanto no Cunene 10 (100%) das suas cooperativas assumem uma estrutura orgânica funcional, consubstanciada no agrupamento dos seus colaboradores em departamentos, conforme a sua função (produção, vendas e marketing, finanças, directoria, recursos humanos e outros). Os integrantes de cada departamento compartilham de conhecimentos e habilidades similares. Finalmente, a Huíla adopta uma estrutura de natureza híbrida em que 5 (33,3%) optam pela estrutura simples e 10 (66,7%) pela estrutura funcional.

1.3.6.2.1.4 **Missão, visão, objectivos e/ou finalidades e estratégias**

A expectativa residia que tanto nas associações quanto nas cooperativas, que a missão, a visão, os objectivos e/ou finalidades e as estratégias, pudessem ser claros e inequívocos e apresentados fielmente com propriedade e segurança. Porém, na prática, revelaram-se bastante confundidos e pouco conhecidos dos sócios, mesmo da parte daqueles que têm essas responsabilidades nos seus estatutos e outros documentos afins, provavelmente porque um grande número dos estatutos, foram conseguidos de forma terciarizada e sem o envolvimento dos interessados. Contudo, os depoimentos em matéria dos supracitados elementos, resumem o seguinte:

Missão: minimizar a pobreza; produzir para abastecer o mercado; apoiar as famílias e os associados; melhorar a produção; participar da diversificação da economia, reduzir as importações; combater a fome e a pobreza; produzir não apenas em regime de sequeiro, etc.;

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

Visão: trabalhar para reduzir a importação; aumentar a produção; trabalhar para melhorar o nível de vida dos associados; crescimento individual; produzir para o mercado e não para o consumo; ser uma grande empresa, etc.;

Objectivos e/ou finalidades: produzir mais para ser auto-sustentável; abastecer o mercado interno; diversificar as culturas; tornar-se uma grande empresa; ajudar as famílias das mais variadas formas, etc.;

Estratégias: aproveitar os recursos existentes para aumentar a produção; apoio dos projectos para fortalecer a capacidade das associações e cooperativas; aumentar a área de produção, capacitação e formação continua; diversificar a produção com a combinação da criação de animais; recurso à tracção animal; implementar esforços colectivos, etc.

1.3.6.2.1.5 **Valores organizacionais**

Relacionados aos valores, evidencia-se um quadro diferenciado e com baixo nível de declaração pelas diferentes associações. No Namibe, as associações revelam entre os valores mais salientes a solidariedade e a cooperação com 13,5%, a participação, o respeito pelos outros e igualdade de género com 10,8 % cada. No Cunene, 10 (83,3%) das associações revelam que adoptam a solidariedade (9,7%), a cooperação com a humanidade (8,8%), assim como o respeito pelos outros, direitos iguais e a eficiência (adequada utilização dos meios e recursos colectivos) com 7,1% cada. Na Huíla, apenas 25% das suas associações consideram adoptar valores organizacionais, com destaque para lealdade, solidariedade, cooperação, transparência e a democracia com 9,4% cada.

Quanto as cooperativas e à semelhança das associações, revelam também um quadro de adopção de valores organizacionais de modo diferenciado, mas todas coincidem nos aspectos relativos à solidariedade e à cooperação como elementos-chave da sua existência e funcionamento, tal como se discrimina para cada uma das províncias. No Namibe, 7 (87,5%) das cooperativas adoptam valores organizacionais, com destaque para a cooperação com 42,9%, a solidariedade com 21,4% a humanidade, a lealdade e o crescimento contínuo com 7,1% cada. No Cunene, 9 (90%) das cooperativas adoptam valores organizacionais com relevo para a solidariedade, a cooperação e a igualdade do género com 9,1% cada, o crescimento contínuo e a transparência com 8,1% cada. Na Huíla, um número relativamente baixo de cooperativas, 5 (33,3%) é que considera

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

adoptar valores organizacionais, referindo-se a solidariedade e a cooperação com 9,8% cada, e a eficácia, a transparência, os direitos iguais entre seus membros com 7.8% cada.

1.3.6.2.1.6 **Capital humano, recursos materiais, fundos e património**

Exceptuando a posse de terra agrícola que é intrínseca á existência das populações do Sul de Angola e que decorre do direito habitual, assim como a posse de animais, sobretudo bovinos, que por razões culturais da região constituem elemento de prestígio social, o quadro do capital humano, recursos materiais, fundos e património das associações-diagnóstico revela-se escasso e/ou com pouco aproveitamento e uso, apesar das reconhecidas realidades específicas para cada uma das três províncias.

No Namibe, por exemplo, as associações declaram ter no seu quadro de pessoal outros recursos humanos (83,3%), por falta de especialistas próprios. Possuem um conjunto de outros materiais avaliados em 80% e motorizadas (20%). Admitem não possuir nenhum tipo de receitas, e têm como principal património os escritórios (25%), os diferentes terrenos dos associados (50%) e lavras colectivas (75%).

As associações do Cunene manifestam um grande défice no seu quadro de pessoal, pelo que são obrigados a recorrer a serviços de terceiros (40%), designadamente de técnicos básicos (20%), técnicos médios (10%) e engenheiros agrónomos (10%). Quanto aos recursos 11,1% admite possuir tractores/máquinas, outras 11,1% motorizadas, 33,3% possuem diferentes utensílios e 44,4% outros diferentes materiais. Não possuem computadores, viaturas e telefones e nem fazem uso da Internet. Quanto ao património, referem-se possuir terrenos 47,1%, animais 17,6%, lavras colectivas 23,5% e plantações 11,8%, sem, no entanto, possuem edifícios, escritórios, armazéns, marcas e patentes. Relacionado a receitas, consideram como principal fonte as quotas dos respectivos membros (66,7%), as jóias (8,3%), os diferentes investimentos (8,3%) e outros (16,7%). Finalmente, as associações na Huíla, manifestam não terem no seu quadro de pessoal técnicos engenheiros agrónomos, técnicos médios e básicos de agronomia, nem engenheiros ou médicos veterinários. Declaram ainda, não possuir quaisquer recursos materiais. Em relação às receitas, declararam ter como principal fonte as quotas dos

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

respectivos membros (88,9%) e negócios (11,1 %). O seu património é essencialmente constituído por terrenos (54,4%), lavras colectivas (18,2%), plantações (9,1%) e outras propriedades (18,2%).

As cooperativas apresentam-se relativamente diferentes das associações, no que se refere ao capital humano, recursos materiais, fundos e património, mas com especificidades e realidades próprias para cada uma das três províncias. O Namibe, apresenta um quadro próprio de recursos humanos, que compreende médicos veterinários (5%), diferentes especialistas (16,7%) e outro tipo de recursos humanos (78,3%). Quanto aos recursos materiais, 33,3% correspondem a máquinas e tractores, 16,7% a utensílios e 50% a outros materiais. As receitas são constituídas essencialmente por quotas de membros (57,1%), as jóias (16,7%), os investimentos com 14,3% e outros fundos com 14.3%. O seu património é constituído por terrenos (41,9%), lavras colectivas (25,8%), escritórios (12,9%), animais e plantações (9,7%).

Tal como as associações, as cooperativas diagnosticadas no Cunene apresentam um grande défice de pessoal técnico, obrigando-se a recorrer a serviços experimentados de terceiros com um percentual de 42,9%, aos técnicos básicos em agronomia com 21,4%, e 7,1%. Ao conjunto formado por engenheiros agrónomos, médicos veterinários e técnicos médios em agronomia. Em relação aos recursos materiais 25% possuem tractores/máquinas, 12,5% possuem computadores, 25% diferentes utensílios e 37,5% outros bens. Quanto a receitas 44,4% provém do pagamento de quotas e Jóias, além de proveitos de feiras (5,6%), diferentes investimentos (5,6%), e depósitos à ordem (16,7%). Quanto ao património, referem ter terrenos (47,6%), animais (14,3%), lavras colectivas (19%) e plantações (4,8%), bem como escritórios (4,8%) e armazéns (9,5%).

Finalmente, a Huíla declara não possuir quaisquer profissionais nas suas cooperativas. Quanto aos recursos materiais, 3 cooperativas (50%), consideram possuir máquinas (tractores), motorizadas e outros utensílios com 16,7% cada. Entre os fundos e receitas, referem-se maioritariamente as quotas com 54,5%, as jóias com 27,3% e depósitos à ordem com 18,2%. Quanto ao património, são referidos os terrenos com 35,7%, os armazéns, animais e as lavras colectivas com 14,3% cada.

Face ao exposto, verifica-se um estado de organização das associações e cooperativas algo diferenciado pelos seus estágios de desenvolvimento, sendo que umas são muito recentes, outras jovens e finalmente outras adultas, incluindo aquelas que de forma honesta não se assumem ainda como formas organizativas de facto, como são os casos da Culucayona e Cacanda I, ambas no Namibe.

Admitindo que os processos de legalização devem resultar de um crescimento e amadurecimento das associações e cooperativas, parece pacífico arriscar-se pelo estabelecimento de um paralelismo entre as nascentes, jovens e adultas, com as situações jurídica de não legalizada, em vias de legalização e legalizada, respectivamente. Por outro lado, as avaliações sobre o estágio de apropriação dos próprios processos, o espírito de iniciativa e de negociação, os recursos humanos, materiais, financeiros e patrimoniais, são indicadores bastantes para relacionar os seus níveis de organização, e que muitas delas não têm e/ou não os aproveitam.

1.3.6.2.2 **Gestão e funcionamento das associações e cooperativas agro-pecuárias**

Na mesma perspectiva de análise, alinhada a determinados indicadores, assume-se para a gestão e funcionamento das associações e cooperativas, os aspectos relacionados com os órgãos sociais, a elaboração e implementação de projectos, os resultados dos referidos projectos e seus impactos e/ou mudanças, a sustentabilidade (social, ambiental e económica), bem com os níveis de satisfação dos seus associados. Incluem-se na análise deste domínio as questões relacionadas com a produção, a comercialização e o emprego.

1.3.6.2.2.1 **Órgãos Sociais**

Pese embora as diferenças, o total de associações diagnosticadas apresentam diferentes órgãos sociais, entre os quais (i) os órgãos de deliberação e governação, (ii) os órgãos de execução e implementação directa, assim como (iii) os órgãos de monitorização, avaliação e fiscalização, pelo que o Namibe considera que entre as suas 8 associações, 1 (12,5%) delas possuem órgãos de deliberação e governação, 1 (12,5%) com órgãos de execução e 3 (37,5%) órgãos de monitorização, avaliação ou fiscalização. Destas, 7 (87,5 %) têm a direcções gerais como órgãos de deliberação e governação, 8

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

(100 %) têm a direcção executiva como órgão de execução e 7 (87.5%) a fiscalização e auditoria como órgão de monitorização, avaliação ou fiscalização. No Cunene, 9 (75%) das associações possuem órgãos de deliberação e governação, 8 (66,7%) possuem órgãos de execução e 6 (50%) possuem órgãos de monitorização, enquanto do seu total, 7 (87,5%) têm a direcção-geral como seu principal órgão de gestão. Os dados para a Huíla, apontam para a falta de qualquer um desses órgãos.

À semelhança das associações, as cooperativas têm com as diferenças que lhes são devidas, órgãos de deliberação e governação, órgãos de execução e implementação directa e órgãos de monitorização, avaliação e fiscalização, sendo que o Namibe apresenta com 6 (75%) possuindo órgãos de deliberação e governação, 6 (75%) com órgãos de execução e 7 (87,5%) com órgãos de monitorização, avaliação ou fiscalização. Deste conjunto 6 (75%) têm a secretaria-geral como órgão de deliberação e governação, 7 (87,5 %) têm a direcção executiva como órgão de execução e 6 (75%) a fiscalização e auditoria como órgão de monitorização, avaliação ou fiscalização.

As cooperativas do Cunene revelam ter 10 (100%) com órgãos de deliberação e governação e 9 (90%) com órgãos de execução. Destas, apenas 2 (20%) possuem tanto uma direcção-geral, quanto um secretariado-geral, e 4 (40%) possuem direcção executiva. Ainda do seu total, 10 (100%) possuem órgãos de monitorização, avaliação e fiscalização, sendo que 5 (50%) adoptam a designação de conselho fiscal e 2 (20%) a de fiscalização e auditoria. Finalmente, na Huíla, 9 (60%) das suas cooperativas têm órgãos de deliberação, governação e administração. A assembleia-geral funciona como órgão de governação em 3 (20%) delas, a direcção geral é adoptada por 11 (73,3%) e o secretariado-geral apenas por 1 (6,7%). Em relação aos órgãos de execução, apenas 5 das cooperativas (33,3%) possuem órgãos de execução. Contudo, as 15 cooperativas (100%) têm a direcção executiva como órgão de eleição. Nenhuma daquelas cooperativas possui órgãos de monitorização.

Apesar da existência dos supracitados órgãos, quer para as associações, quer as cooperativas fica a sensação da grande dependência a agentes externos, o que enfraquece o seu pleno funcionamento à luz dos seus ideais (missão, visão, objectivos, valores, estratégias). Foi dado a perceber, que as assembleias-gerais não se realizam, os

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

processos eleitorais não acontecem, não se delibera sobre assuntos da vida das organizações, a produção de informação quase não existe, os fluxos de informação não ocorrem, implicando que as organizações se pareçam como se fossem propriedades privadas, com direcções quase "vitalícias".

1.3.6.2.2.2 **Elaboração e Implementação de Projectos**

Quanto aos projectos tanto das associações como das cooperativas, os dados atestam que eles decorrem da campanha agrícola nacional e/ou de estímulos e iniciativas de terceiros. É um facto, que os projectos das associações e cooperativas diagnosticadas, são até agora um conjunto de muitas e boas ideias, mas pouco sistematizadas, deixadas em mãos alheias (Governo, Estado e terceiros), que requerem estudos e procura de estratégias para a devida concretização. À margem dos projectos formais que se pretendem, ocorrem vários outros apoios, provindos de Instituições governamentais, Agências das Nações Unidas, ONG's e de outras instituições e pessoas singulares, inscrevendo o fornecimento de inputs como moto-bombas, fertilizantes, sementes, sistemas de rega, além de acções de capacitação e formação, crédito, etc., etc.

1.3.6.2.2.3 **Resultados de Projectos, e seus impactos e/ou mudanças**

Como consequência dos vários apoios às associações e cooperativas, reconhecem-se melhorias na satisfação dos anseios em matéria de produção, comercialização e melhoria da condição de vida. Consideram um começo e aprofundamento da agricultura fora das práticas tradicionais, com destaque para a diversificação de culturas com ênfase para as hortícolas, que se traduzem numa maior disponibilização de produtos. Depreendeu-se que tais acções vêm garantindo pelo menos 2 refeições por dia às famílias, incluindo a garantia de manutenção dos filhos nas escolas, o apetrecho das casas com alguns artigos e bens, etc., etc.

1.3.6.2.2.4 **Sustentabilidade (social, ambiental e económica)**

Apesar de se tratar de uma abordagem nova, reconhece-se haver pouca consciência em relação ao assunto e por conseguinte poucas acções a serem desenvolvidas em direcção à sustentabilidade social, ambiental e económica na actividade associativa e

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

produtiva – uma realidade resultante de longos anos de funcionamento com assistência material directa do Estado.

No Namibe, não se vislumbram quaisquer acções individuais de sustentabilidade. No entanto, são perceptíveis as relacionadas à condição de membro, sendo essas as que maiores contribuições têm tido para a sustentabilidade das associações, designadamente, a captação de novos membros com 31,3%, a solidariedade 18,2% e a formação com 9,1%. Também as de natureza grupal e/ou global em que se considera uma contribuição de 9,1%, com a garantia da produção a médio e longo prazo para o consumo e venda, 63,6% com o controlo da produção, 43,8% com a rotação de culturas, 57.1% com o uso de fertilizantes orgânicos e 14.3% com a preservação da fauna e flora.

No Cunene, reconhece-se que as acções individuais têm de algum modo contribuído para a sustentabilidade social e ambiental das associações, pelo que 18,6% das inquiridas declararam o espírito de compromisso em 20,3%, a defesa dos interesses colectivos em 16,3%, a formação e superação permanente com 20,9%, e por fim a cooperação e prestação de contas com 18,6%. Como membro associado os aspectos que mais têm contribuído, são o sentido de equipa com 21,7%, a solidariedade com 17,4% e a gestão colectiva do património, bem como a prestação de contas com 15,2% cada. Grupal e/ou globalmente a garantia da produção a médio e longo prazo para o consumo e venda contribuiu com 11,1%, o controlo da produção com 17,8%, a rotação de culturas com 17,8%, o uso de fertilizantes orgânicos, o uso racional da água e a preservação da fauna com 13,3% cada, a preservação da fauna e flora com 11,1%, e a gestão adequada dos solos com 3,3%.

Na Huíla, os membros das cooperativas revelam de forma individual o seu comprometimento com as acções relativas a sustentabilidade, incluindo a defesa de interesses colectivos, nomeadamente o sentido de equipa e a prestação de contas. Globalmente, contribuem para a sustentabilidade por via do controlo da produção, a rotação de culturas e uso racional da água.

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

Entre as cooperativas, quando comparados aos dados das associações e apesar de ainda insuficientes para conclusões definitivas, mostram diferenças em matéria do esforço e da grandeza da contribuição da sua entidade pata a sustentabilidade e aos processos nele directamente envolvidos. No Namibe, as cooperativas contribuem maioritariamente com acções individuais dos seus membros, na defesa dos interesses colectivos, cooperação e prestação de contas com 25% cada. Como membros associados, a contribuição é feita por meio da captação de novos membros com 25%, na formação com 16,7 %, no sentido de equipa com 8,3% e na solidariedade com 8,3%. Grupal e/ou globalmente os membros contribuem maioritariamente por meio do uso de fertilizantes orgânicos com 27,3%, o controlo da produção e a rotação das culturas com 18,2 %, e o uso racional da água, e finalmente a gestão adequada dos solos e aproveitamento racional dos pastos com 9,1% cada.

Por seu turno, no Cunene, as cooperativas e seus membros contribuem com acções individuais para a sustentabilidade social e ambiental das associações, no espírito de compromisso e a defesa dos interesses colectivos em 21,6% cada, na formação e superação permanente em 16,2%, na cooperação em 20,9% e na prestação de contas com 18,9%. Como membros associados os aspectos com os quais mais se tem envolvido, são a captação de novos membros com 14,3%, o sentido de equipa com 21,4%, a solidariedade com 19%, na gestão colectiva do património com 14,3% e na prestação de contas com 16,7%. Grupal e/ou globalmente a garantia da produção a médio e longo prazo para o consumo e venda contribuiu com 3,1%, o controlo da produção com 18,8%, a rotação de culturas com 25%, o uso de fertilizantes orgânicos com 12,5%, o uso racional da água com 15,6%, a preservação da fauna e flora com 6,3%, e a gestão adequada dos Solos com 15,6%.

Na Huíla, as acções individuais dos membros das cooperativas contribuem para a sua sustentabilidade, mediante compromisso, defesa dos interesses colectivos, formação permanente, cooperação e prestação de contas. Como associados, contribuiem maioritariamente por meio da captação de novos membros, sentido de equipa, solidariedade e prestação de contas cada. Globalmente, a contribuição é feita por meio do controlo da produção, da rotação de culturas, do uso racional da água e da gestão adequada dos solos.

1.3.6.2.2.5 **Satisfação dos associados e cooperados**

A falta de dados relativos a província da Huíla e consequentemente o seu não tratamento, representa um risco de análise na perspectiva global, mas o facto da informação obtida a partir das restantes duas províncias (Namibe e Cunene), estarem muito próximas uma da outra, permite a estabelecer alguma inferência. Daí parecer oportuna a descrição e partilha da informação obtida. No cômputo das duas províncias a satisfação, varia entre os níveis de muito elevada a moderada, com tendência para se manter nesses níveis ou até crescer para níveis de satisfação mais elevados. O crédito monetário, a assistência técnica, a melhoria nos sistemas de rega e a comercialização são os principais aspectos responsáveis pelo aumento da produção, enquanto a inacessibilidade ao fornecimento de insumos e equipamentos, foi a que menos contribuiu para o aumento dos rendimentos.

No Namibe, por exemplo, a satisfação dos seus associados varia entre a elevada com 33,3% e moderada com 66,7%, tendo 3 associações nos últimos dois anos, (37,5%) apresentado um incremento da motivação e em outras 3 associações (37,5 %) mantido, não havendo registo de diminuição nos últimos dois anos. Quanto aos rendimentos da produção nos últimos dois anos, constata-se que em 5 associações (62,5%) houve aumento da satisfação, mantendo-se em uma (12.5%).

Em relação aos aspectos que mais contribuíram para os rendimentos nos dois últimos anos, observa-se que em 3 associações 37,5% dos membros consideram que o acesso ao crédito monetário foi o mais importante, em duas associações 25% dos associados consideram que foi a assistência técnica, em 4 associações 50% consideraram que foi a melhoria dos sistemas de rega, 12,5% considera que foi o acesso ao fornecimento de insumos, de equipamentos a crédito, a comercialização e a formação com 6,3% cada, e finalmente 25% consideram outros aspectos. A inacessibilidade ao fornecimento de insumos e equipamentos com 37,5%, a inexistência de assistência técnica, o trabalho eminentemente individualizado, a falta de tratamentos fitossanitários e ou animal com 12,5% cada e outros aspectos com 62,5% constituíram os aspectos que nos últimos dois anos menos contribuíram para os rendimentos da produção agrícola e a criação animal dos associados.

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

No Cunene, a satisfação dos associados varia entre a muito elevada com 3 (30%) a moderada com 2 (20%), tendo nos últimos dois anos 6 (60%) associações como tendo aumentado o grau de satisfação, 2 (20%) acham que se mantiveram os níveis e, igualmente 2 (20%) consideram ter diminuído. Quanto aos rendimentos da produção nos últimos dois anos, constata-se que em 8 (66,7%) casos houve um aumento, enquanto outros consideram terem-se mantido e 1 (8,3%) considera ter diminuído. Os aspectos que menos contribuíram para os rendimentos da produção ou criação animal dos associados são a falta de crédito monetário com 2 (16,7%), inacessibilidade ao fornecimento de insumos e equipamentos a crédito com 6 (50%), falta de comercialização 2 (16,7%), inexistência de assistência técnica 3 (25%), privação de formação 2 (16,7%), falta de tratamentos fitossanitários 3 (25%) e as debilidades nos sistemas de rega com 5 (41,7%). Já os que mais contribuíram para o rendimento foram a comercialização e a assistência técnica com 6 cada (50%), a formação com 5 (41,7%), o trabalho solidário com 3 (25%), o tratamento fitossanitário com 4 (33,3%), a melhoria nos sistemas de rega com 7 (58,3%) e o acesso ao crédito monetário com 1 (8,3%).

Quanto às cooperativas e em razão dos dados em falta das províncias do Namibe e Huíla, a descrição fica unicamente reduzida ao Cunene, cuja informação revela o seguinte:

- A satisfação dos cooperados varia entre muito elevada para 3 (30%) e a moderada para 4 (40%), tendo nos últimos dois anos, 8 (80%) registado aumento da sua motivação e 1 (10%) única ter-se mantido. Quanto aos rendimentos da produção nos últimos dois anos, 6 (60%) considera ter aumentado e 4 (40%) diminuído.

- Os aspectos que mais contribuíram para o aumento dos rendimentos foram o acesso aos fertilizantes e ao fornecimento de insumos de equipamentos a créditos com 3 (30%), a melhoria dos sistemas de rega com 3 (30%) a comercialização com 5 (50%), a assistência técnica com 3 (30%), a formação com 6 (60%), os tratamentos fitossanitários com 4 (40%), o trabalho solidário com 3 (30%), o acesso ao crédito monetário com 4 (40%) e outros com 1 (10%).

- Na base dos aspectos que menos contribuíram para os rendimentos da produção ou criação animal dos associados são apontados a inacessibilidade ao fornecimento de insumos e equipamentos a crédito com 4 (40%), a falta de

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

comercialização 1 (10%), a inexistência de assistência técnica 2 (20%), a privação de formação 1 (10%), a ausência de tratamentos fitossanitários 1 (10%), e as debilidades nos sistemas de rega com 2 (20%).

1.3.6.2.2.6 **Produção, comercialização e emprego**

Feita uma abordagem sobre o processo de produção e comercialização, e apesar da falta de indicadores e meios de verificação mais fiáveis, existe a garantia do reconhecimento de alguma dinâmica que se traduziu no seu crescimento, mas que deve ser desenvolvido e acompanhado. Contudo, preocupa a vertente do emprego que é intrínseca tanto às associações como às cooperativas, quer na perspectiva dos seus próprios associados ou cooperadores, quer em relação aos terceiros. Quanto aos próprios associados ou cooperadores, existem duas realidades, a primeira a de ser camponês e/ou agricultor por excelência, significando que se move entre os meandros da sua principal actividade, e a segunda que é uma pessoa estranha à dinâmica da actividade (funcionário público, negociante, empresário, etc.). Quanto aos terceiros existe a possibilidade de que qualquer associação e/ou cooperativa na sua condição de prestador de serviços, seja também uma entidade empregadora, que deve obediência à legislação nacional, contribuindo assim para a oferta de postos de trabalho e por consequência na redução do desemprego. Essa condição, exige a sua formalização, inscrições nos Ministério das Finanças, Administração Pública, Emprego e Segurança Social, Instituto Nacional de Segurança Social, etc., etc.

As evidências actuais, mostram que as associações e cooperativas, são ainda entidades para os seus associados e cooperadores, despreocupados com terceiros, mas ainda assim não cumprem na íntegra com o que a legislação obriga em relação aos seus.

A gestão e o funcionamento das associações e cooperativas diagnosticadas consubstanciam-se em práticas pouco assentes nos procedimentos organizacionais formais recomendáveis e exigíveis, devido ao desconhecimento e também implicações burocráticas. É ainda grande o informalismo e a acção dos órgãos sociais, mesmo naqueles casos em que existe, é difusa, pouco actuante e ineficaz, ficando à mercê de uma ou duas pessoas, que melhor compreendam as questões técnicas e burocráticas e mais se dediquem ao trabalho da associação e/ou cooperativa, com todas as suas

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

consequências que daí advêm. As planificações e os balanços são pouco perceptíveis, assim como a falta de registos, e quando existem são da iniciativa de pessoas e não da organização. Por essa razão, são pouco evidentes os processos de acção, reflexão e reorientação, o que no geral prejudica o funcionamento.

1.3.6.2.3 **Abordagem e análise de género nas associações e cooperativas agro-pecuárias**

Nesse domínio foi realizado um diagnóstico das relações de género, justiça social e empoderamento das mulheres nas associações e cooperativas, numa perspectiva de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, tendo sido utilizada como principal instrumento o sistema de aprendizagem de género em acção [GALS].

Diante do pretendido objectivo, da novidade e do desafio, a singularidade e a complexidade da abordagem da temática e do desafio, procurou tratar-se o assunto com sensibilidade, e cujas conclusões são as seguintes:

- Os assuntos ligados ao género constituem uma abordagem nova e complexa, requerendo por isso, alguns cuidados no contexto de Angola e sobretudo no meio rural, por razões culturais.
- Apesar dessa realidade, constitui um desafio que se apresenta na perspectiva do desenvolvimento harmonioso e pleno, obrigando a um rigor de tratamento com uma atenção particular as questões da equidade e igualdade de género.

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

Tabela 10: Associações e Cooperativas, na perspectiva de género (Huíla)

N.°	Designação da Província e a forma de organização	N.° Associados e/ou Cooperados		
		Mas.	Fem.	Total
I	Província da Huíla			
Associações				
01	Okulima	42	13	29
02	Vituli II	-	-	-
03	Muetulimbue (Ex-militares)	25	-	-
04	Tchihetequela	31	-	-
05	Morro primeiro	10	05	05
06	kuatoko Namukueno	65	47	18
07	Calomenino	38	25	13
08	04 de Abril	35	16	19
09	Fera Lucote	66	-	-
10	Caussamba	35	-	-
11	Mutengue	35	-	-
12	Tchihetequela	52	20	32
13	Tunda I	115	30	85
14	Tunda II – Longoliapola	37	10	27
15	Criadores tradicionais de Gado “Ovatumbi”	N.	-	-
TOTAL PARCIAL		**586**	**166**	**228**
Cooperativas				
01	Kokule	42	36	06
02	Agro-pecuária e Pesca Vituli	41	20	21
03	Fazenda Amélia II – Yumba Tumbi	50	29	21
04	Fazenda Amélia I	143	74	69
05	Agro-industrial, Florestal e Turística Mbala yohumpata	45	-	-
06	Mutualinguile (Ex-militares)	100	-	-
07	Tchali Tchombela	05	-	-
08	Hungu	17	07	05
09	Tuasandjuca	41	39	02
10	Vicuio	105	-	-

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

11	Otulongundja Vioculima	74	-	-
12	Vatato Otchissola	35	-	-
13	Agro-pecuária 1º de Maio	60	-	-
TOTAL PARCIAL		**758**	**205**	**124**

Tabela 11: Associações e Cooperativas, na perspectiva de género (Cunene)

N.°	Designação da Província e a forma de organização	N.° Associados e/ou Cooperados		
		Mas.	Fem.	Total
II	Província do Cunene			
Associações				
01	Nós e o Mundo Material	34	12	22
02	Sandjuka	34	23	11
03	Handa	22	10	12
04	Tchikolomwenho	40	7	33
05	Rei Muatchiava	42	21	21
06	Mwakwatchindi II - Bairro Comandante Vidigal	40	18	22
07	Tchimunga Ecolelo – Comandante Vidigal	41	10	31
08	Munguete	40	25	15
09	Undapa Wendenecomutue	30	11	29
10	Ninguei Possímue	12	8	4
11	Kamassolo – 10, Tchissola e associados	15	10	05
12	Epopelo	43	18	25
TOTAL PARCIAL		**393**	**173**	**230**
Cooperativas				
01	Tuayovoca	65	-	-
02	Tomandele, RL	90	45	45
03	Abrão Tyipa Tyiongo (A2T, RL)	14	8	6
04	Vinhati Mbambi, R.L	10	4	6
05	De Pesca Artesanal e Agricultura - 11 de Novembro	145	105	40
06	De Produção Agrícola do Cunene, R.L	295	196	99
07	Vieha Vinheta, RL	31	15	16
08	Agro-pecuária Ediva Hamavoco, RL	76	19	57
09	Ouwa Womeva – ADL	37	14	23
10	Onossi onompunda	6	2	4
TOTAL PARCIAL		**769**	**408**	**296**

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

Tabela 14: Associações e Cooperativas, na perspectiva de género (Namibe)

N.°	Designação da Província e a forma de organização	N.° Associados e/ou Cooperados		
		Mas.	Fem.	Total
I	Província do Namibe			
Associações				
01	04 de Abril – Ex-militares	19	09	10
02	Gatulikuatefeco	50	13	37
03	Matuloloco	25	05	20
04	Matuvietekela	25	05	25
05	Culucayona	05	05	00
06	Tulimei Tulhe	75	30	45
07	Cacanda I	150	-	-
08	Da Mulher no Meio Rural	50	13	37
TOTAL PARCIAL		**399**	**80**	**169**
Cooperativas				
01	Agro-pecuária e Pesca Tchissongo	74	44	30
02	Progresso Macala	23	17	06
03	Muhombo	43	33	10
04	Agro-pecuária do Curoca	65	35	30
05	Agro-pecuária do Pinda Paiva	58	46	12
06	Do queijo	08	03	05
07	Tuayovoca	90	80	10
08	Enfermago Caleva	05	05	00
TOTAL PARCIAL		**369**	**263**	**91**

Do total das 35 associações e 31 cooperativas estudadas, registou-se um total de 1378 membros para 33 as associações, ficando de fora por falta de dados, as associações do Vituli II no Chaungo (Chibia) e a de Criadores tradicionais de Gado “Ovatumbi” nos Gambos, ambas na província da Huíla, sendo que as cooperativas totalizam 1896 membros. Apesar da falta de dados anteriores, para as associações, bem como a inexactidão do número de associados e cooperados por sexo em algumas outras, os

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

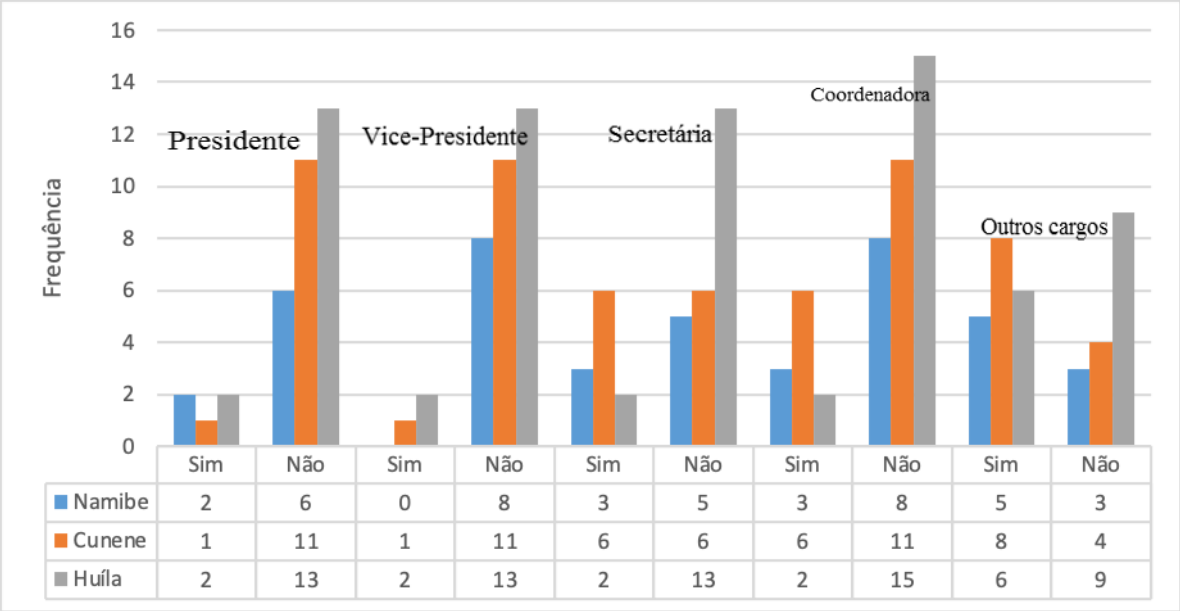
dados recolhidos apontam para um total 419 homens e 627 mulheres, enquanto para as cooperativas foram 876 homens e 511 mulheres, significando que as mulheres estão mais engajadas nas associações e os homens mais nas cooperativas. A anterior afirmação é ainda sustentada pelos totais parciais de cada uma das provinciais. A Huíla tem 586 associados, 166 dos quais são homens e 228 mulheres, o Cunene tem 393 associados, 173 são homens e 230 são mulheres e o Namibe com 399 associados, 80 são homens e 169 são mulheres. O contrário também ocorre em relação as cooperativas, na Huíla de um total de 758 cooperados, 205 são homens e 124 são mulheres, no Cunene, de 769 cooperados, 408 são homens e 296 são mulheres, e finalmente no Namibe, de um total de 369 cooperados, 263 são homens e 91 são mulheres.

As associações que apresentam o maior número de mulheres superando os homens, são as do Namibe, com 6 entre 8, seguindo-se-lhe o Cunene com 7 das 12 e finalmente a Huíla com 5 das 15. Em relação as cooperativas, a Huíla apresenta o menor número de mulheres, seguindo-se o Namibe e o Cunene com a maior participação de mulheres. Embora necessitando de maior detalhe e confirmação, foi em algum momento veiculada a informação do alto grau de participação das mulheres, sobretudo nas associações e cooperativas do Cunene, justificando-se a ausência dos homens nas localidades devido à transumância.

A par do quadro geral acima referido e apesar de faltarem dados detalhados da Huíla, a informação que se depreende do Namibe e Cunene, revela o estado da relação entre homens e mulheres em matéria das acções para o desenvolvimento no geral e na organização e funcionamento das organizações em particular. Os homens continuam a ter o domínio dos cargos de direcção, sendo que a presidência das associações é maioritariamente destes, no entanto, constata-se um quadro relativamente mais equilibrado em relação a planificação de actividades, as culturas a implementar e os produtos a comercializar, porquanto:

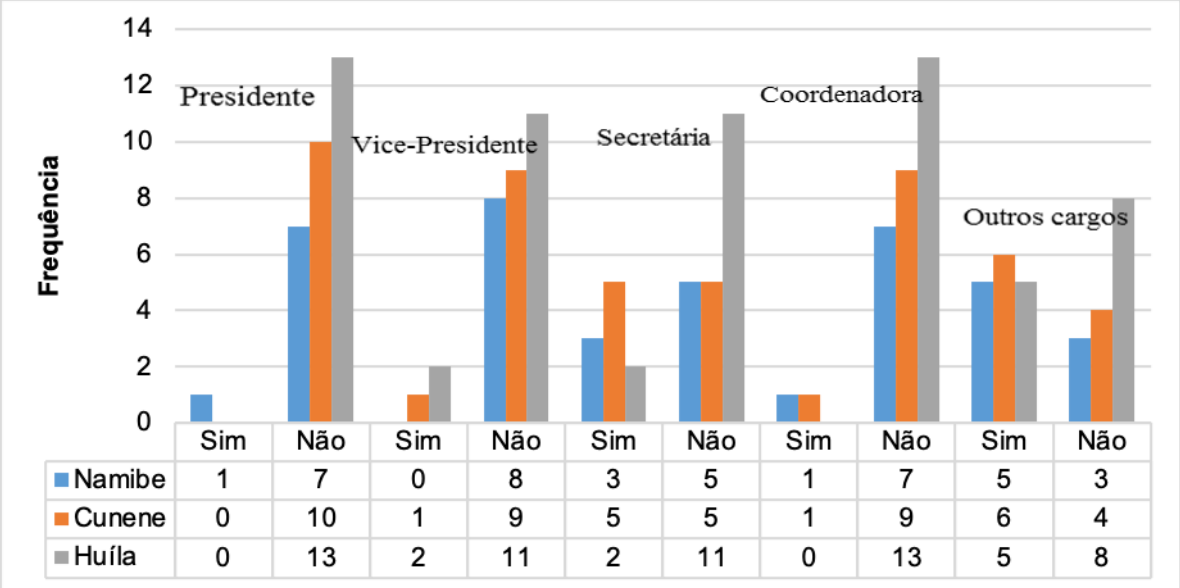
- No Namibe, é ainda perceptível que as mulheres tendem a não exercer cargos de direcção. Em média 1,87% corresponde ao número de mulheres em cargos de presidente e vice-presidente, 1,62% em cargos de secretária, 2,0% em cargos de coordenadora e 1,5% em outros cargos.

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.



	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Namibe	2	6	0	8	3	5	3	8	5	3
Cunene	1	11	1	11	6	6	6	11	8	4
Huíla	2	13	2	13	2	13	2	15	6	9

Gráfico 1: mulheres em cargos de direcção em associações



	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Namibe	1	7	0	8	3	5	1	7	5	3
Cunene	0	10	1	9	5	5	1	9	6	4
Huíla	0	13	2	11	2	11	0	13	5	8

Gráfico 2: mulheres em cargos de direcção em cooperativas

- Nas reuniões das associações, as decisões são tomadas por homens e mulheres em paridade, sendo a presidência decidida por homens com 62,5%.

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

- A planificação das actividades e as culturas a implementar são decididas maioritariamente pela colectividade, em 87,5% das vezes.
- As decisões de compra de insumos e animais são feitas por homens e mulheres com 50% das vezes e pela colectividade nos restantes 50%.
- Igualmente, as decisões sobre destino da produção, o quê e quando se semear, 50% são tomadas por homens e mulheres e outros 50% pela colectividade. Na mesma proporção de decisão, ocorre a participação em actividades, parcelas a cultivar e cedência dos meios de produção. O controlo das terras de produção é feito maioritariamente por ambos (homens e mulheres) com 66,7%, e unicamente pelas mulheres em 33,3%.
- Em relação ao controlo da água para a rega, a participação é de ambos e só pelas mulheres, numa proporção igual de 50%. A produção agrícola é feita maioritariamente por mulheres com 83,3%, seguida por ambos (homens e mulheres) com 16,7 %. Quanto às receitas, o controlo está reservado maioritariamente as mulheres (18,8%), seguindo-se por ambos (6,3%).

Pela complexidade que tem sido reiterada, a análise sobre o género não foi efectuada em separado entre as associações e cooperativas, pelo que a análise anterior incidindo aparente e unicamente às associações, adequam-se também às cooperativas. É indiscutível que o trabalho de equidade e igualdade de género e o contexto em que se realiza a intervenção, continuará a ser um desafio que exige dos intervenientes e não só, repensar os objectivos a curto, médio e longo prazos, bem como as estratégias adequadas que possam ajudar tanto homens quanto mulheres, de modo a por um lado, diminuir a carga daquelas últimas e também ajudá-las a vencer barreiras e/ou limitações, sem no entanto, gerar “conflitos” de natureza psico-emocional, culturais, familiares e outros.

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

1.4 **Análise SWOT, boas práticas e desafios sobre as associações e cooperativas agrícolas das províncias da Huíla, Cunene e Namibe**

Apresentam-se em seguida os referenciais de Força e de Fraqueza que caracterizam a organização, gestão e funcionamento das associações e cooperativas agrícolas das províncias da Huíla, Cunene e Namibe.

1.4.1 **Forças**

FORÇAS		
Características		**Fonte**
Institucionais e Políticas	Compromisso das lideranças (provincial, municipal e comunal), quanto ao apoio e desenvolvimento das associações e cooperativas agrícolas	Levantamento de campo
	Existência de distintos instrumentos legislativos articulados entre si, cujos propósitos são favoráveis ao funcionamento de associações e cooperativas (Constituição da República e demais legislação nacional com realce para a Lei das associações, Lei das cooperativas, Lei de Terras e correspondente regulamento).	Levantamento bibliográfico
	Aprovação e implementação do PRODESI e acções conexas, desde finais de 2019.	Levantamento bibliográfico e de campo
	Existência de uma "Task Force", também designada por equipa multissectorial provincial, criada no âmbito do PRODESI para apoiar na formalização das cooperativas, com vontade e experiência de articulação, complementando outros esforços a vários níveis.	Levantamento de campo
Identidade	Declaração de associação ou cooperativa	Levantamento de campo
	Relação entre a identidade da associação ou cooperativas, a um facto do contexto local, residência, actividade praticada, etc., etc.	
Legalização	Reconhecimento da necessidade e da importância de reconhecimento de associações e cooperativas	Levantamento de campo
	Existência de consciência para o processo de legalização	
	Compromisso das lideranças associativas e de cooperativas agrícolas quanto a legalização das suas organizações.	
	O número de organizações já legalizadas.	
Estrutura Orgânica	Adopção de uma estrutura orgânica formal para a associação ou cooperativa, regra geral, de natureza simples, que contempla assembleia, direcção e fiscalização;	Levantamento de campo
	Plena consciência sobre a existência de órgãos de direcção e de fiscalização entre as lideranças associativas e cooperativas;	
Gestão e Administração	Existência de uma estrutura formal, que determina práticas de gestão e de administração;	Levantamento de campo

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

	Respeito pela hierarquia no processo de gestão;	
	Consciência pela observação dos procedimentos de gestão.	
Missão, visão e objectivos	Expectativa positiva em relação a melhoria e aumento da produção e produtividade.	Levantamento de campo
	O sonho (retrato) por uma grande organização.	
	Grau de confiança e credibilidade elevada sobre a concretização e funcionamento da organização.	
	A cooperativa como um centro atractivo e instrumento de riqueza para os seus cooperados, mas também como um centro empregador.	
Estratégias e Projectos	Declaração de variadíssimos ideais de estratégias e projectos.	Levantamento de campo
Resultados e Impactos	Declaração de algumas ideais sobre resultados e seus impactos.	Levantamento de campo
Valores	Declaração de ideais sobre valores.	Levantamento de campo
Capital humano, Recursos materiais, Fundos e Património	Referência sobre algum capital humano, recursos materiais, fundos e património	Levantamento de campo
	Parcelas agrícolas (familiares e/ou colectivas)	
	Animais	
Sustentabilidade	Ideias que manifestam o estado de preocupação com a sustentabilidade (acções individuais, membro associado e de grupo).	Levantamento de campo
Satisfação dos membros	Retrato do estado de satisfação dos membros	Levantamento de campo
Género (papeis entre sexos)	Declaração de acções concretas e/ou especificas para e entre homens e mulheres.	Levantamento de campo

1.4.2. **Fraquezas**

FRAQUEZAS		
Características		Fonte
Institucionais e Políticas	Reduzido conhecimento da legislação vigente (Constituição da República e demais legislação nacional com diferentes instrumentos e propósitos aplicáveis às associações e cooperativas;	Levantamento de campo
	Insuficiente articulação vertical e horizontal entre os vários instrumentos, níveis de decisão e acompanhamento da abordagem e funcionamento das associações e cooperativas, com sentida ausência e fraco protagonismo da UNACA, instituição que outrora cumpria e bem com esse papel;	
	Falta de um Plano Metodológico e de acção articulada entre os diferentes actores, que possa concorrer para o apoio na criação e funcionamento das associações e cooperativas;	
	Reduzida manifestação de interesse por um movimento associativo e cooperativo forte no país e consequentemente, a reduzida explicitação	

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

	política e institucional da visão, objectivos e orientações para a concretização das associações e cooperativas, apesar da iniciativa endógena que as deve caracterizar na sua constituição;	
	Reduzida disponibilidade de informação e/ou reduzida sensibilização às associações e cooperativas agrícolas quanto a sua constituição, organização e funcionamento.	
	Incapacidade técnica e reduzida qualificação de recursos humanos locais para a facilitação de processos de constituição e acompanhamento das associações e cooperativas, incluindo cumprimento de orientações jurídicas e normativas decorrentes	
Identidade	O assumir ser associação e/ou cooperativa sem o conhecimento e decisão própria dos seus respectivos membros	Levantamento de campo
	Apetência por ser-se associação e/ou cooperativa	
	Acentuada interferência externa nos processos de constituição e identidade das associações e cooperativas	
Legalização	Reduzidas condições humanas e financeiras para a prossecução de processos de legalização	Levantamento de campo
Estrutura Orgânica	Estruturas orgânicas pouco realistas e não funcionais no espírito da sua concepção	Levantamento de campo
Gestão e Administração	Reduzida cultura democrática e participação	Levantamento de campo
	Concentração de poderes em determinados membros	
	Existência de esquemas rígidos de liderança e hierarquias	
Missão, visão e objectivos	Membros de associações e cooperativas sem igual percepção quanto ao papel e importância de suas organizações. Nalguns casos, tal papel é pouco interiorizado e assumido, mesmo quando é conhecido;	Levantamento de campo
	Conhecimento diferenciado sobre a missão, objectivos, estratégias propostas e limitado conhecimento do espírito de associação e cooperativa – um conhecimento quase que restrito ao nível da direcção;	
	Elevado nível de desconhecimento de Leis de Associação e Cooperativa por parte da maioria de seus membros;	
	Ausência nalguns municípios e comunas, de autonomia e de recursos (humanos, técnicos e financeiros) assim como serviços públicos especializados para a concretização da constituição e funcionamento das associações e cooperativas;	
Estratégias e Projectos	Deficiente compreensão e distinção de conceitos.	Levantamento de campo
Resultados e Impactos	Deficiente compreensão e distinção de conceitos;	Levantamento de campo
	Diferentes expectativas e percepções sobre os resultados e impactos decorrentes do funcionamento da associação e cooperativa;	
Valores	Incompatibilidade entre valores declarados e valores praticados	Levantamento de campo
Capital humano,	Dependência quase total para a obtenção de recursos materiais,	Levantamento de campo

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

Recursos materiais, Fundos e Património	fundos e património.	
	Supremacia do valor cultural em prejuízo do uso e o próprio benefício das comunidades e/ou algum valor comercial, que pode ser dado a quantidade de animais, mediante venda.	
Sustentabilidade	Inexistência quase absoluta de acções pensadas e estruturadas a respeito da sustentabilidade	Levantamento de campo
Satisfação	Relatividade do grau de satisfação ou não por parte dos membros	Levantamento de campo
Género (papéis de mulheres e homens)	Relatividade no processo de participação e nos papéis entre homens e mulheres	Levantamento de campo
	Influência cultural e atenção que se lhe é prestada no tratamento de papéis entre mulheres e homens	Levantamento de campo

Apresentam-se seguidamente os referenciais de Oportunidade e de Ameaça que decorrem da análise sobre a organização, gestão e funcionamento das associações e cooperativas agrícolas na região Sul de Angola.

1.4.3. **Oportunidades**

OPORTUNIDADES		
Características		Fonte
Institucionais e Políticas	Reabilitação e afirmação da UNACA e/ou Instituição afim para eventualmente liderar ou monitorar o processo associativo e cooperativo, garantindo assim a educação, formação e informação a respeito;	Levantamento de campo
	Compromisso generalizado de autonomização e independência do movimento associativo e cooperativo, com o rigor imposto pela lei e respeito pela iniciativa das próprias comunidades e interessados;	
	Harmonização e clarificação de papéis entre os diferentes actores envolvidos no processo de constituição, organização e funcionamento das associações e cooperativas, na perspectiva da sua autonomia e independência;	
	Divulgação da legislação sobre associações e cooperativas;	
Identidade	Educação, formação e informação para uma melhor opção da identidade e consequentes propósitos organizacionais;	Levantamento de campo
Legalização	Divulgação de leis e procedimentos;	Levantamento de campo
	Réplica da experiência da “Task Force” criada no espírito do PRODESI;	
	Apoio e a validação de algumas iniciativas das Administrações Municipais quanto ao seu engajamento no processo de legalização de associações e cooperativas.	

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

Estrutura Orgânica Gestão e Administração Missão, visão e objectivos Estratégias e Projectos Resultados e Impactos	• Bibliografia sobre as temáticas afins; • Instituições e organizações especialistas em cada uma das temáticas; • Consultorias; • Formação e capacitação. • Apoio pontual de terceiros.	Levantamento de campo
Valores	Educação, formação e informação.	Levantamento de campo
Capital humano, Recursos materiais, Fundos e Património	Inventário de todo o capital humano, Recursos materiais, Fundos e Património; Educação, formação e informação para um melhor aproveitamento do próprio capital humano, recursos materiais, fundos e património;	Levantamento de campo
Sustentabilidade	Potencialização de comunidades e respectivas organizações (associações e cooperativas) quanto a práticas sustentáveis de exploração agrícola e pecuária; Identificação e valorização das práticas sustentáveis já existentes.	Levantamento de campo

1.4.4. Ameaças

AMEAÇAS		
Características		Fonte
Institucionais e Políticas	Destorcida visão sobre o movimento associativo e cooperativo e seu papel no quadro de uma sociedade civil organizada e não como actor público; Contradições no processo de constituição, organização e funcionamento das associações e cooperativas, sobretudo no quadro da sua autonomização e independência; Conflitos de interesses e de objectivos entre os vários actores e níveis de articulação, com as associações e cooperativas, como entes privados (particulares); Inadequadas práticas e procedimentos no quadro do apoio da constituição, organização e funcionamento das associações e cooperativas.	Levantamento de campo
Identidade	Distorção do espírito e foco da associação e/ou cooperativa; A desarmonia entre a missão e visão da associação e/ou cooperativa - a “eterna” cultura da dependência a que estão submetidas as pessoas.	Levantamento de campo
Legalização	A burocracia; Os altos custos dos emolumentos; Desconhecimento dos procedimentos.	Levantamento de campo
Estrutura Orgânica	• Humildade insuficiente;	Levantamento de campo

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

Gestão e Administração Missão, visão e objectivos Estratégias e Projectos Resultados e Impactos	• Barreiras e o isolamento organizacional e institucional; • Insensibilidade e a falta de abertura para as instituições e organizações especialistas, consultoras e afins à temática; • Fraca cultura para a leitura e o aprendizado; • Resistências às parcerias e a complementaridade.	
Valores	Incapacidade de reconhecer o que é melhor para a vida pessoal, as relações e sociedade	Levantamento de campo
Capital humano, Recursos materiais, Fundos e Património	Insuficiente visão para o crescimento e desenvolvimento	Levantamento de campo
Sustentabilidade	O não comprometimento com a continuidade da actividade e das futuras gerações	

1.4.5 **Boas práticas**

Na sequência do estudo de diagnóstico das associações e cooperativas agrícolas e dos elementos observados, a pesquisa permitiu identificar as seguintes boas práticas:

- A diversidade de iniciativas de pessoas singulares, instituições públicas do Estado, ONG's nacionais e estrangeiras, agências das Nações Unidas, que promovem e estimulam o movimento associativo e cooperativo, é traduzido em um número relativamente grande de associações e cooperativas;
- A experiência da UNACA é de uma instituição congregadora e dinamizadora das acções das associações e cooperativas agrícolas, não obstante suas limitações técnicas e institucionais;
- O papel generalizado do IDA e EDA's como premissa associativa na dinamização do movimento associativo e cooperativo, mediante a concepção do crédito agrícola de campanha em sementes e fertilizantes;
- A adopção de estratégias financeiras entre membros, como por exemplo a de empréstimos sem juros para a constituição e sobrevivência das diferentes associações e cooperativas;
- A identidade, que é assumida pela associação e/ou cooperativa, mediante um nome que se identifica e valoriza a cultura local, tem um significado e uma

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

importância para a sua comunidade, e legitima um facto social e/ou acontecimento comunitário;

- A adopção de um mecanismo de articulação provincial, designado “Task Force” para a conjugação de esforços e complementaridade no processo de formalização das cooperativas, com os diferentes benefícios e privilégios dai decorrentes;
- Igualmente, a experiência pontual de determinadas Administrações Municipais, que apoia e financia o processo de formalização de cooperativas;
- A adopção de uma estrutura orgânica (Organograma), simples e com um número bastante reduzido de pessoas, que pode ser expedita e boa facilitadora da articulação entre os mesmos e também entre estes e os seus associados e/ou cooperados;
- O exercício da quota e da jóia, como premissa e base financeira para o seu funcionamento e a actividade das associações e cooperativas;
- O recurso terra agrícola, como “substrato” da dinâmica associativa e cooperativa agro-pecuária;
- O valor cultural da posse da terra, como algo intrínseco à pessoa da região, que deve ser salvaguardado;
- A terra como recurso patrimonial dos cidadãos residentes e da região;
- A protecção do referido valor cultural da posse da terra, mediante a institucionalização das associações e cooperativas;
- A promoção do desenvolvimento local, mediante formas organizativas endógenas da e na comunidade;
- A retoma e a intensificação da agro-pecuária e suas formas organizativas, como actividade cultural e de tradição das comunidades da região, com um conhecimento empírico invejável, que pode apenas ser aprofundado e melhorado.;
- O conhecimento e o saber agrícola das comunidades, que os mantêm resilientes diante das diferentes adversidades, devendo as mesmas serem diagnosticadas, sistematizadas e divulgadas;
- A prática secular da rotação de culturas, como formas de manutenção, uso racional e renovação dos solos;

- O uso intercalado de adubos orgânicos e inorgânicos de modos a não esgotar o solo;

1.4.6 **Desafios**

Da análise SWOT facilmente se depreende que o principal desafio se concretiza na transformação das associações e cooperativas em elementos comunitários mais activos, devendo-se para o efeito, trabalhar na superação de todas fraquezas identificadas. É de todo desejável, que essas pequenas instituições tenham autonomia técnico-financeira, patrimonial e organizacional, baseando a sua acção na visão e missão patenteadas nos respectivos estatutos. A requerida autonomia pode até não ser completa, mas, sobretudo, deve existir a capacidade de a procurar de forma criativa e colectiva, centrando-se no aumento sustentável da produção e produtividade.

Na realidade, a alteração desse estado de coisas não se limita apenas às associações e cooperativas, porquanto o processo demanda por um serviço de assistência sobretudo técnica, envolvendo inclusivamente as instituições de vulgarização e extensão rural.

De forma elementar são em seguida apresentados outros desafios, designadamente:

- O perfeito e rigoroso entendimento de associação e/ou cooperativa de modo a se tomar a melhor decisão por quem assim se constituir.
- Conhecer suficientemente bem e praticar os requisitos necessários para a criação de uma associação e/ou cooperativa: constituição mediante número de pessoas requeridas; ter ou não património inicial; assegurar a finalidade livremente definida pelos associados; garantir que as deliberações entre os associados sejam livres; e que ocorram por meio de assembleia-geral, com transcrição em acta e elaboração dos estatutos;
- Observar os passos subsequentes para oficializar a formação da associação e/ou cooperativa, como são os casos do registo dos estatutos em notário, escritura pública, registo na justiça ou na conservatória comercial, AGT (NIF) para obrigações tributárias e/ou fiscais, INSS para obrigações de segurança social e eventual redução da percentagem contributiva em função dos baixos rendimentos, etc.

- Assegurar os três principais órgãos de administração com composição ímpar (Assembleia-geral, Direcção e Conselho Fiscal), bem como ter muito claro os seus papéis a desempenhar por todos os membros;
- Comunicação;
- Conceber estratégias para a captação de recursos
- Conhecer suficientemente bem a missão, visão e os valores da Associação ou Cooperativa, e pô-los em prática no seu dia-a-dia;
- Ter claro os objectivos e/ou fins da associação ou cooperativa, e trabalhar unicamente em função deles;
- Conceber estratégias realistas e realizáveis pela associação ou cooperativa e que correspondam aos objectivos e/ou finalidades;
- Desenvolver uma planificação e programação rigorosa, mediante projectos e acções que concorram na busca dos resultados pretendidos e que produzam as mudanças no sentido da melhoria dos associados e das suas comunidades;
- Investir no capital humano, mediante a educação, formação e informação permanente;
- Construir uma base de recursos materiais, fundos e património;
- Promover e desenvolver actividades da associação ou cooperativa, com a atenção que se impõe aos aspectos de sustentabilidade social, ambiental e económica;
- Proceder a uma gestão do grupo de associados de modo a satisfazer as suas permanentes necessidades, assim como continuar a estimular o ânimo para a vida da associação ou cooperativa;
- Fazer uma avaliação permanente dos elementos de contexto externo em que estiver inserida a associação ou cooperativa, no sentido de assegurar o cumprimento da missão e proceder a projecção para o futuro, e
- Continuar a prestar atenção aos aspectos da igualdade e equidade de género, mas sem, no entanto, deixar de respeitar determinados aspectos culturais com os quais se pode confrontar na prática no quadro do funcionamento da associação ou cooperativa.

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

II. CONCLUSÕES

A necessidade de enquadrar a dinâmica das associações e cooperativas agro-pecuárias e seus resultados no desenvolvimento geral do país, na perspectiva do contribuir para a redução da fome, pobreza e vulnerabilidade a insegurança alimentar e nutricional, através do fortalecimento sustentável da agricultura familiar, nas províncias do Sul de Angola (Huíla, Cunene e Namibe) mais afectadas pelas alterações climáticas, é actualmente um dos objectivos principais da região e do país.

Para atingir esses objectivos estão em desenvolvimento variadíssimos programas e projectos, entre os quais o FRESAN.

Procurando fazer uma análise das principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas com a organização e funcionamento das associações e cooperativas agrícolas nos municípios das províncias da Huíla, Cunene e Namibe, assim como o conhecimento das boas práticas e desafios de intervenção, numa perspectiva do fortalecimento da sua capacidade técnica, organizacional e de gestão, foi estabelecido uma metodologia de avaliação que passou por trabalhos de levantamento bibliográfico e de campo.

O levantamento, socioeconómico, político-administrativo, institucional e de governação, bem como a caracterização das próprias associações e cooperativas testemunham, que existem vontades, disponibilidade de terras agrícolas, instrumentos legais e enquadramento institucional para o trabalho das referidas associações e cooperativas, embora carecendo de água, recursos humanos, materiais, técnicos, financeiros e patrimoniais que suportem os trabalhos.

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

O diagnóstico permitiu ainda depreender que a privilegiada atenção aos problemas de seca no Sul de Angola, por parte das Instituições Governamentais, ONG's nacionais e estrangeiras, Agências das Nações Unidas e outras, são oportunidades que devem ser sabiamente aproveitadas para a inversão do quadro de carência.

Os levantamentos efectuados permitiram reafirmar o potencial dos recursos agrícolas, traduzidos essencialmente em terrenos, pese embora as debilidades das associações e cooperativas na prestação de serviços aos seus associados e cooperados e consequentemente às suas comunidades.

Os instrumentos de avaliação permitiram salientar que o entendimento e a apropriação dos inquiridos sobre as suas associações e cooperativas, encerra uma diversidade de percepções, nomeadamente por parte da grande maioria dos seus membros;

É salientado pela generalidade dos associados e cooperados uma "dita" responsabilidade do governo e de terceiros quanto ao estado de organização e funcionamento das associações e cooperativas.

Apesar do anterior exposto, os associados e cooperados, mostram com graus de satisfação moderados, elevados e muitos elevados, confiança e credibilidade sobre o futuro das associações e cooperativas, bem como no seu trabalho.

A metodologia de análise SWOT permitiu individualizar um conjunto de itens sobre os referenciais que caracterizam a organização, gestão e funcionamento das associações e cooperativas agrícolas, bem como inferir boas práticas e desafios, de onde se procederam a um conjunto de outras conclusões e recomendações.

Entre outras conclusões está o facto, de que a região Sul de Angola, circunscrita às províncias da Huíla, Cunene e Namibe detém um elevado número de associações e cooperativas agro-pecuárias, no geral, constituídas com base em forças exógenas – uma realidade que em parte as fragilizou e que as obriga a sobreviver dependentes da boa vontade de terceiros. Subsequentemente, o seu actual nível de organização nos seus diferentes estágios (recentes, jovens e adultas) carece de um aprofundamento, não obstante algumas delas existirem há já alguns anos.

Refira-se por outro lado, que a maior parte conheceu um ambiente macroeconómico e orientação política distintas, que contrariamente aos dias que correm, o Estado providenciava insumos e auxiliava no escoamento das colheitas para os circuitos comerciais. Por essa razão, em muitas daquelas organizações ainda se está longe do princípio da gestão própria e independente, do auto-sustento e da procura de parcerias. A fragilidade, ora descrita, tornou-se mais substantiva, pelo facto dos serviços de apoio ao meio rural, mormente os ligados ao sector da agricultura, terem conhecido um declínio considerável na sua capacidade institucional, sem perder de vista a irregularidade climática que grassa na região e que reduziu a nada o pouco esforço económico-financeiro que aquelas organizações preservam de resultados agrícolas precedentes.

Finalmente, os dados recolhidos permitiram responder aos objectivos do trabalho, nomeadamente:

- Mapear as associações e cooperativas agrícolas pelas áreas de intervenção do projecto FRESAN nos municípios das províncias da Huíla, Cunene e Namibe;
- Caracterizar as referidas associações e cooperativas, desde o ponto de vista da data de constituição e seu histórico, missão, objectivos, valores, actividade principal, número de membros por género destacando o papel desempenhado pelas mulheres e pelos homens dentro das associações e cooperativas;
- Proceder ao levantamento de boas práticas sobre organização e funcionamento das associações e cooperativas (agrícolas, pecuárias, silvícolas, apícolas e florícolas), incluindo as de menor dimensão nos municípios alvo da intervenção;
- Identificar os principais desafios, fraquezas e oportunidades ao nível organizacional e funcional das associações e cooperativas e propor soluções para ultrapassá-las.

2.1 **Recomendações**

O presente relatório patenteia o essencial do diagnóstico das associações e cooperativas agrícolas do Sul de Angola, concretamente das províncias da Huíla, Cunene e Namibe. Tal como se alude nas conclusões, as fragilidades são consideráveis, pelo que urge desencadear uma série de acções susceptíveis de revitalizar o seu papel, que na perspectiva desta pesquisa devem assentar nas seguintes recomendações:

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

- Divulgar a legislação vigente sobre o associativismo e cooperativismo (Constituição da República, leis das associações privadas e cooperativas, decretos presidenciais afins, regulamentos e outros);
- Facilitar a constituição de uma plataforma de articulação vertical e horizontal entre os vários actores envolvidos nas dinâmicas do associativismo e cooperativismo, quer seja por via da "reabilitação" da UNACA, quer por meio do empoderamento do IDA e das EDA's, ou outras iniciativas que concorram para esse fim;
- Elaborar um modelo metodológico que alicerce uma base de orientação e de acção articulada entre todos os actores envolvidos no trabalho e dinâmicas de criação e funcionamento das associações e cooperativas;
- Conceber e divulgar um guia prático para a criação de associações e cooperativas, dada a escassez de informação nas comunidades;
- Pensar-se numa eventual "figura" promotora (pessoa singular ou colectiva) do associativismo e cooperativismo;
- Promover e facilitar a realização de avaliações periódicas de natureza organizacional, que concorram para a reorganização interna das associações e cooperativas parceiras, incluindo o realinhamento das suas missões, visões, objectivos e estratégias;
- Realizar estudos diagnósticos específicos, com e a favor das associações e cooperativas, parceiras e/ou com as quais se pretenda trabalhar;
- Conceber programas de formação para os membros das distintas associações e cooperativas, na base de um diagnóstico e suas reais necessidades;
- Facilitar processos concretos na perspectiva da autonomia material, financeira e patrimonial das associações e cooperativas;
- Treinar líderes e chefes de associações e cooperativas;
- Facilitar processos de planificação, implementação, monitoria e avaliação das acções das associações e cooperativas;
- Promover espaços que permitam levar ao conhecimento dos associados e cooperados a discussão dos principais documentos e deliberações da vida das associações e cooperativas;
- Estimular e facilitar a abordagem da sustentabilidade das associações e cooperativas, mediante formação específica e mútuas trocas de experiências;

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

- Provocar, mediante um debate, a discussão sobre o valor económico e comercial do gado, e seu significado, o que pode representar para a renda dos criadores e da comunidade no geral;
- Aprofundar o movimento associativo e cooperativo pecuário, que privilegie e se sustente efectivamente na criação e comercialização do gado;
- Aperfeiçoar o trabalho relativo à acção e participação das mulheres nas decisões e controlo de bens das associações e cooperativas, incluindo o seu empoderamento;
- Estudar a possibilidade de réplica e/ou adopção da experiência e dos resultados de funcionamento do mecanismo provincial de articulação “Task Force” para a facilitação no âmbito do PRODESI, do processo de apoio e formalização de cooperativas.
- Estudar e disseminar os resultados da experiência da Administração Municipal da Jamba em matéria do apoio e facilitação ao processo de formalização das cooperativas locais.
- Facilitar uma formação específica em matéria de práticas sustentáveis de exploração agrícola e pecuária;
- Fortalecer a estrutura produtiva no contexto das condições edafoclimáticas da região, de modo a elevar os níveis de rendimento e a satisfação individual e colectiva dos membros das associações e cooperativas;
- Prover em tempo oportuno e de modo regular os insumos agrícolas, além de uma adequada assistência técnica que englobe aspectos produtivos e de gestão.
- Assegurar o acesso ao mercado, incluindo o acompanhamento das questões de transporte e logística. Na realidade, embora não vinculada directamente às associações e cooperativas, as questões de mercado, transportes e logística no geral, têm uma influência significativa no desempenho daquelas. Na maior parte das situações, as associações e cooperativas passam por enormes dificuldades para fazerem chegar as suas colheitas ao mercado por falta de condições de transporte e sobretudo devido ao mau estado das estradas secundárias e terciárias. Ainda quanto ao mercado, referir a actual desarmonia entre o custo dos insumos e o preço dos produtos agrícolas, colocando as associações,

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

cooperativas e camponeses no geral, em elevada desvantagem, carecendo tal situação de um trabalho de ajustamento no âmbito macroeconómico.

2.2 **Referências bibliográficas**

Censos das associações e cooperativas agrícolas das províncias da Huíla, Cunene e Namibe;

Constituição da República de Angola (2010);

Convite para apresentação de proposta no âmbito do procedimento de Assistência Técnica para a realização do estudo de diagnóstico "**Associações e Cooperativas Agrícolas**" no âmbito do projecto "Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola" (FRESAN) ao abrigo do Acordo de Delegação FED/2017/389-710, financiado pela União Europeia (14/FRESAN/2021);

Do Arco, A. R; Do Arco, H. R; Lo Lucindo, I. M. & Martins, M. O. (2018). *Normas de elaboração e apresentação de trabalhos escritos* (2ª Versão). Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Portalegre. Portugal;

Governo da Republica de Angola (2018) - *Plano de Desenvolvimento Nacional, 2018 – 2022*. Luanda, Angola;

Governo Provincial do Cunene (2018) - *Plano de Desenvolvimento Provincial do Cunene, 2018 - 2022*. Cunene, Angola;

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

Governo Provincial do Namibe (2020) - Plano de Desenvolvimento Provincial do Namibe, 2018 – 2020, Namibe, Angola;

Ilhéu, J. R. (2016). *Ética na Investigação Social: uma proposta de ensino*. Desenvolvimento e Sociedade. N.º 1 Novembro 2016. Universidade de Évora;

Leite, J. S. (2013). *Boletim Cooperativista – O Cooperativismo nas Ex-Colónias*. Colecção Estudos de Economia Social. Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES);

Lista das áreas de intervenção do FRESAN;

Lei n.º 14/91 de 11 de Maio, Diário da Republica, I Serie - N.º 20 (Lei das Associações);

Lei n.º 6/12 de 18 de Janeiro, Diário da Republica, I Serie - N.º 12, pp. 593 - 599 (Lei das associações Privadas);

Lei n.º 23/15 de 31 de Agosto, Diário da Republica, I Serie - N.º 124, pp. 3246 - 3264 (Lei das Cooperativas);

Libimbo, S. E at al. (2015) - Associações Agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios;

Lussati, A.S. (2017) – *Cooperativa e produção interna*. Huambo, Angola;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL (1987). *Manual de orientação - Administração e Economia Rural*. FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE (FAE). Rio de Janeiro. Brasil;

Muafeca, F. F. (2011). *Percepção e Expectativas dos Actores Locais sobre a Reserva Fundiária da Cacula (Huíla, Angola)*. Dissertação de Mestrado em Geociências – Ramo de Ambiente e Ordenamento do Território. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Portugal;

Mumic, B; Aguiar, K. & Livramento, D. (2015). A importância do associativismo na organização de produtores. Revista de Iniciação Cientifica da LIBERTAS. ISSS 2238 – 782X. São Sebastião do Paraíso, v. 5, n.1, dez. 2015;

Namorado, R. (2005). Cooperativismo – um horizonte possível;

Neto, J. F. (2000) – *Os camponeses e o Desenvolvimento Agrícola e Rural de Angola*. Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar, Lisboa, p. 120-165;

OXFAM NOVID (2014). *Gender Action Learning System - Practical guide for transforming gender and unequal power relations in value chains*;

Pacheco, F. (2006) – Desenvolvimento cooperativo em Angola. *Comunicação ao workshop sobre cooperativismo em Angola*, Luanda;

Pestana, N. (2003). *As dinâmicas da sociedade civil em Angola*. Centro de Estudos Africanos do Instituto Universitário de Lisboa, Portugal;

Plano de Desenvolvimento Nacional. Angola (2018 – 2022);

Plano de Desenvolvimento Provincial. Cunene (2018 – 2022);

Plano de Desenvolvimento da Província do Namibe (2020);

Soares, R. (2010). Associativismo e Cooperativismo Agrícola. Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário. Ponta Delgada. Brasil;

Termos de referência para Assistência Técnica para Elaboração do Estudo de diagnóstico "Associações e Cooperativas Agrícolas";

Vitongue, M. (2004) – *Planalto Central de Angola. A extensão rural como instrumento do desenvolvimento*. Dissertação de mestrado apresentado ao Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, como requisito de obtenção do grau de Mestre em Economia Agrária e Sociologia Rural, Lisboa, Portugal.

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

ANEXOS

ANEXO I: **Inquérito por questionário para associações e cooperativas agro-pecuárias**

*Este inquérito tem como objectivo, recolher informação para a realização de um estudo de diagnóstico das "**Associações e Cooperativas Agrícolas**", no âmbito do Programa de Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola (FRESAN), financiado pela União Europeia.*

A população "alvo" deste inquérito por questionário são as associações e cooperativas agrícolas dos Municípios das Províncias do Sul de Angola (Huíla, Cunene e Namibe) nos quais decorre a implementação de referido Programa, sendo que as questões que se apresentam estão directamente relacionadas com o que acontece na região em questão.

Os dados fornecidos serão exclusivamente utilizados para aferir o conhecimento das práticas relacionadas com a organização e funcionamento das associações e cooperativas agrícolas no Sul de Angola, tendo em vista a concepção de um programa para o fortalecimento das suas capacidades técnica, organizacional e de gestão. Pedimos-lhe, assim, que seja o mais rigoroso possível na prestação dos dados e no seu preenchimento.

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

I – Dados gerais e de identificação

1.1. Forma de organização: Associação: ☐ Cooperativa ☐ Sede: _____	1.5. N.° Total de membros: _____ Vs Famílias: _____: ▪ N.° de Homens: _____ e ▪ N.° de Mulheres: _____.
1.2. Data de Fundação: ____/____/_____ 1.2.1. Ideia e/ou iniciativa de criação: Singular ☐ Grupo ☐ Administração ☐ EDA ☐ ONG ☐ Outro ☐ _____	1.6. Anos de existência da Associação: - 1☐ 2☐ 3☐ 4☐ 5☐ 6☐ 7☐ +8☐
1.3. Denominação: _____ _____ _____ 1.3.1. Abreviatura: _____	1.5. Funciona: Sim ☐ Não ☐ Se sim, desde quando? ____/____/_____
1.4. Actividade Principal: ▪ Agro-pecuária ☐ ▪ Agricultura ☐ ▪ Pecuária ☐ ▪ Silvicultura ☐ ▪ Apicultura ☐ ▪ Floricultura ☐ ▪ Outra. Qual? _____	1.7. Se funciona, qual a área e/ou abrangência territorial de intervenção? ▪ Aldeia: _____ ☐ ▪ Povoação: _____ ☐ ▪ Comuna: _____ ☐ ▪ Município: _____ ☐ ▪ Província: _____ ☐ ▪ Nacional: _____ ☐

II. Legalização

2.1. Situação Jurídica: ▪ Legalizada: ☐ ▪ Em vias de legalização: ☐ ▪ Não legalizada ☐ Estando legalizada, acto de constituição: ☐	2.4. Registo ou Escritura Pública: Sim ☐ Não ☐ Se sim, desde quando? ____/____/_____

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

▪ Assembleia de membros: ☐ ▪ Assembleia de sócios: ☐ ▪ Outra. Qual? _____ ☐	
2.2. Certidão ou Acta de Constituição Sim ☐ Não ☐ Se sim, certifique: ☐ ▪ Documento físico: ▪ Reconhecimento notarial: ☐	2.5. Publicação em Diário da República: Sim ☐ Não ☐ Se sim: Série: _____; N.° _____ Data de publicação: ____/____/_____
2.3. Estatutos: 2.3.1. Possui Estatuto: Sim ☐ Não ☐ Se sim, desde quando? ____/____/_____ 2.3.2. Estatuto Aprovado: Sim ☐ Não ☐ Se sim, desde quando? ____/____/_____	2.6. Registo nas Finanças: 2.6.1. Número de Identificação Fiscal Sim ☐ Não ☐ Se sim, quando? ____/____/_____ 2.6.2. Impostos: ▪ Isenção de impostos Sim ☐ Não ☐ ▪ Liquidação de impostos Sim ☐ Não ☐

III. Estrutura Orgânica (Organograma)

3.1. Estrutura orgânica: 3.1.1. Adopção formal de uma estrutura orgânica: Sim ☐ Não ☐	3.1.2. Se sim, tipo de estrutura orgânica adoptada. ▪ Simples; ☐ ▪ Funcional; ☐ ▪ Multidivisional, e/ou ☐ ▪ Linear ☐

IV. Órgãos Sociais

4.1. Estrutura orgânica: 4.1.1. Órgãos de deliberação, Governação e/ou de Administração: Sim ☐ Não ☐

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

Se sim, quais?

- Assembleia-Geral: ☐
- Direcção Geral: ☐
- Secretariado Geral: ☐
- Outro. Qual? _____ ☐

4.1.2. Órgãos de Execução e/ou implementação directa:

Sim ☐ Não ☐

- Direcção Executiva: ☐
- Secretariado Executivo: ☐
- Outro. Qual? _____ ☐

4.1.3. Órgãos de Monitoria, Avaliação e/ou Fiscalização:

Sim ☐ Não ☐

- Conselho Fiscal: ☐
- Fiscalização e Auditoria: ☐
- Outro. Qual? _____ ☐

V. Missão – Texto.

_____

_____

_____

_____

_____

VI. Visão – Texto.

_____

_____

_____

_____

_____

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

VII. Valores

7.1. Valores:

7.1.1. Valores organizacionais adoptados:

Sim ☐ Não ☐

Se sim, quais?

- Humanidade ☐
- Lealdade ☐
- Visão sistémica ☐
- Crescimento contínuo ☐
- Eficiência ☐
- Eficácia ☐
- Solidariedade; ☐
- Cooperação; ☐
- Transparência; ☐
- Democracia ☐
- Participação ☐
- Justiça social ☐
- Respeito pelos outros; ☐
- Direitos iguais e humanos ☐
- Igualdade de género ☐
- Outros. Quais? ☐
- _____ ☐
- _____ ☐

VIII. Objectivos e/ou Finalidades

1. _____

_____

2. _____

_____

3. _____

_____

4. _____

_____

5. _____

_____

6. _____

_____

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

IX. Estratégias

1. _____

_____

2. _____

_____

3. _____

_____

4. _____

_____

5. _____

_____

6. _____

_____

X. Projectos

10. 1. Nos dois (2) primeiros anos de existência da associação ou cooperativa.

1°. Projecto e Orçamento: _____

_____

Actividade 1: _____

_____

Actividade 2: _____

_____

Actividade 3: _____

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

_____

2°. Projecto e Orçamento: _____

_____Acti
vidade 1: _____

_____

Actividade 2: _____

_____

Actividade 3: _____

_____

10. 2. Na metade do tempo de vida e existência da associação ou cooperativa.

1°. Projecto e Orçamento: _____

_____Acti
vidade 1: _____

_____

Actividade 2: _____

_____

Actividade 3: _____

_____

2°. Projecto e Orçamento: _____

_____

Actividade 1: _____

_____

Actividade 2: _____

_____

Actividade 3: _____

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

_____

10. 3. Nos dois (2) últimos anos (2020 e 2021).

1°. Projecto e Orçamento: _____

_____

Actividade 1: _____

_____

Actividade 2: _____

_____

Actividade 3: _____

_____

2°. Projecto e Orçamento: _____

_____Acti
vidade 1: _____

_____

Actividade 2: _____

_____

Actividade 3: _____

_____

XI. Resultados.

11. 1. Nos dois (2) primeiros anos de existência da associação ou cooperativa.

1°. Projecto: _____

_____

Actividade 1 e Resultado: _____

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

_____

Actividade 2 e Resultado: _____

_____

Actividade 3 e Resultado: _____

_____

2°. Projecto: _____

_____

Actividade 1 e Resultado: _____

_____

Actividade 2 e Resultado: _____

_____

Actividade 3 e Resultado: _____

_____

11. 2. Na metade do tempo de vida e existência da associação ou cooperativa.

1°. Projecto: _____

_____

Actividade 1 e Resultado: _____

_____

Actividade 2 e Resultado: _____

_____

Actividade 3 e Resultado: _____

_____

2°. Projecto: _____

_____

Actividade 1 e Resultado: _____

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

_____

Actividade 2 e Resultado: _____

_____

Actividade 3 e Resultado: _____

_____

11. 3. Nos dois (2) últimos anos (2020 e 2021).

1°. Projecto: _____

_____

Actividade 1 e Resultado: _____

_____

Actividade 2 e Resultado: _____

_____

Actividade 2 e Resultado: _____

_____

2°. Projecto: _____

_____

Actividade 1 e Resultado: _____

_____

Actividade 1 e Resultado: _____

_____

Actividade 1 e Resultado: _____

_____

XII. Impactos e/ou mudanças.

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

12. 1. Nos dois (2) primeiros anos de existência da associação ou cooperativa.

Impacto 1: _____

_____

Impacto 2: _____

_____

Impacto 3: _____

_____

Impacto 4: _____

_____

12. 2. Na metade do tempo de vida e existência da associação ou cooperativa.

Impacto 1: _____

_____

Impacto 2: _____

_____

Impacto 3: _____

_____

Impacto 4: _____

_____

12. 3. Nos dois (2) últimos anos (2020 e 2021).

Impacto 1: _____

_____

Impacto 2: _____

_____

Impacto 3: _____

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

_____

Impacto 4: _____

_____

XIII. Capital humano, Recursos materiais, Fundos e Património

13.1. Capital humano relacionado com a actividade em específico	13.3. Fundos e/ou dinheiro:
Formação: ▪ Engenheiros Agrónomos ☐ ▪ Técnicos Médios em Agronomia ☐ ▪ Técnicos Básicos em Agronomia ☐ ▪ Engenheiros Zootécnicos ☐ ▪ Médicos Veterinários ☐ ▪ Especialistas e/ou experimentados ☐ ▪ Outros. Quais? _____ ☐	▪ Quotas (membros) ☐ ▪ Jóias (membros) ☐ ▪ Rifas ☐ ▪ Feiras ☐ ▪ Negócios ☐ ▪ Donativos ☐ ▪ Peditórios ☐ ▪ Investimentos ☐ ▪ Stocks ☐ ▪ Depósito à ordem ☐ ▪ Outros. Quais? _____ ☐
13.2. Recursos materiais:	13.4. Património:
▪ Máquinas (Tractores e moto - cultivadores) ☐ ▪ Viaturas ☐ ▪ Motos ☐ ▪ Computadores ☐ ▪ Fotocopiadoras ☐ ▪ Telefones ☐ ▪ Internet ☐ ▪ Utensílios ☐ Outros. Quais? _____ ☐	▪ Edifícios ☐ ▪ Escritórios ☐ ▪ Armazéns ☐ ▪ Terrenos ☐ ▪ Marcas e patentes ☐ ▪ Animais ☐ ▪ Lavra colectiva ☐ ▪ Plantações ☐ ▪ Outros. Quais? _____ ☐

XIV. Sustentabilidade social, ambiental e económica

14.1. Individualmente:	14.2. Como membro associado

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

▪ Compromisso: ☐ ▪ Defesa de interesses colectivos ☐ ▪ Formação e superação permanente: ☐ ▪ Cooperação ☐ ▪ Prestação de contas ☐ ▪ Outra. Qual? _____ ☐	▪ Captação de novos membros; ☐ ▪ Sentido de Equipa: ☐ ▪ Solidariedade: ☐ ▪ Fundo solidário: ☐ ▪ Formação: ☐ ▪ Gestão Colectiva do património ☐ ▪ Prestação de contas ☐ ▪ Outra. Qual? _____ ☐

14.3. Grupal e/ou globalmente:

- Garantia da produção a médio e longo prazo para o consumo e venda; ☐
- Controlo da produção: ☐
- Rotação de culturas: ☐
- Uso racional da água: ☐
- Uso de fertilizantes orgânicos: ☐
- Preservação da fauna e flora: ☐
- Gestão adequada dos solos. ☐
- Aproveitamento racional dos pastos: ☐
- Outra. Qual? _____ ☐

XV. Satisfação dos associados:

Obs. Em 1, 2 e 3, seleccione com uma X apenas uma opção. Em 4 e 5, seleccione com uma X no máximo três opções.

1. Em geral, neste momento, a minha satisfação é…	Muito elevada ☐	Elevada ☐	Moderada ☐	Baixa ☐	Muito baixa ☐

2. Ao longo dos últimos 2 anos, a minha satisfação com a associação e/ou cooperativa …	Aumentou ☐	Manteve-se ☐	Diminuiu ☐
3. Ao longo dos últimos 2 anos, os rendimentos da minha produção e/ou criação animal…	Aumentou ☐	Manteve-se ☐	Diminuiu ☐

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

4. Nos últimos 2 anos, os aspectos que mais contribuíram para os meus rendimentos da produção e/ou criação animal foram …	Acesso ao crédito monetário	☐
	Acesso ao fornecimento de insumos e equipamentos a crédito	
	Comercialização	☐
	Assistência Técnica	☐
	Formação	☐
	Trabalho solidário por parcelas (Ondjuluka)	☐
	Tratamentos fitosanitários e/ou animal	☐
	Melhorais nos sistemas de rega	☐
	Outro. Qual? _____	☐
5. Nos últimos 2 anos, os aspectos que menos contribuíram para os meus rendimentos da produção e/ou criação animal foram …	Falta de crédito monetário	☐
	Inacessibilidade ao fornecimento de insumos e equipamentos a crédito	☐
	Falta da comercialização	☐
	Inexistência da assistência Técnica	☐
	Privação de formação	☐
	Trabalho eminentemente individualizado	☐
	Ausência de tratamentos fitosanitários e/ou animal	☐
	Debilidades nos sistemas de rega	☐
	Outro. Qual? _____	☐

XVI. Análise de género (papeis entre sexos)

16.1. MULHERES NA ASSOCIAÇÃO E/OU COOPERATIVA

- N.° Total de membros mulheres: _____
- Percentual entre homens e mulheres: _____

16.1.1. N.° de mulheres em cargos de Direcção

- Presidente: _____;
- Vice-Presidente: _____;
- Secretária: _____;
- Coordenadora: _____
- Outra: Qual? _____.

16.2. DECISÕES	**Quem Decide?**	
	Homem	**Mulher**
Reuniões da associação e/ou cooperativa		

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

Presidência das reuniões		
Planificação de actividades		
Culturas a implementar		
Compras de insumos (Charrua, enxada, catana)		
Compra de animais		
Venda de animais		
Destino da produção		
Quando semear		
Participação em actividades		
Parcelas a cultivar		
Cedência dos meios de produção		

16.3. CONTROLO E ACESSO AOS BENS

Indicadores	**Controlo**		**Acesso**	
	Homem	**Mulher**	**Homem**	**Mulher**
Terra de produção				
Água para rega				
Produção agrícola				
Receitas				
Participação comunitária (assoc. cooperativas)				
Capacitação (associação)				
Terra arrendada				
Animais				
Alimentação				

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

Insumos				

XVII. Análise FOFA (SWOT) da organização/cooperativa e ambiente externo

	17.1. Forças (Ajudam)	**17.2. Fraquezas (Atrapalham)**
Aspectos Internos	☐ Associação com algum reconhecimento da comunidade; ☐ Trabalho elogiado pelos associados; ☐ Fundo próprio e autónomo ☐ Associados unidos; ☐ Associação funcional ☐ Bons resultados de produção ☐ Boas vendas ☐ Outro: _____	☐ Associação sem reconhecimento e aceitação da comunidade; ☐ Debilidades organizativas e controlo; ☐ Sem fundo próprio e autónomo ☐ Associados pouco unidos; ☐ O Trabalho não atende as necessidades dos associados ☐ Maus resultados de produção ☐ Outro: _____
Ex os	17.3. Oportunidades	17.4 Ameaças

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

	☐ Direito Constitucional de associação e reunião;	☐ Novas e outras associações e cooperativas com igual finalidade;
	☐ Lei das associações e cooperativas;	☐ Perda de associados para outras associações e cooperativas;
	☐ Incentivos governamentais para a actividade agrícola e pecuária;	☐ Mudanças no quadro jurídico-legal;
	☐ Trabalho afim de organizações parceiras;	☐ Mudanças cambiais e de preço;
	☐ O privilégio da actividade agrícola no quadro da diversificação da economia	☐ O privilégio pela actividade petrolífera em prejuízo da diversificação da economia
	☐ Ampliação do crédito;	☐ Irregularidades Climáticas
	☐ Regularidades Climáticas	☐ Fim dos incentivos governamentais
	☐ Outro: _____	☐ Outro: _____

ANEXO II: **Resultado das entrevistas com entidades e instituições diversas, sobre seu papel em favor das associações e cooperativas agrícolas**

1. **Vices Governadores para o Sector Político, Social e Económico**
   - Politica afim;
   - Coordenação,
   - Monitoria e Avaliação

Esse mesmo papel corresponde ao das Administrações Municipais ao nível da sua área de jurisdição.

2. **Gabinetes Provinciais de Desenvolvimento Económico Integrado nas vestes de representante e interlocutor do Ministério de Economia e Planeamento**
   - Coordenação (coadjuvando os senhores Vice Governadores);
   - Divulgação de políticas, programas, diferentes instrutivos e linhas de financiamento (PRODESI, BDA, Aviso 10/2020 do BNA, Alívio Económico – já terminado, FACRA, PAC, FADA…);

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

- Disponibilização e viabilização da informação necessária no âmbito do programa de reconversão da economia informal para a formal;
- Participação do "Task Force", isto é, da equipa multissectorial para o processo de selecção e formalização das associações e cooperativas;
- Intermediação de contactos e acções que concorrem para a obtenção dos créditos bancários, sobretudo com o Banco operador BDA;
- Apoio aos operadores de transporte de mercadorias;
- Acompanhamento do processo de desembolsos, e;
- Articulação com os demais integrantes do "Task Force", na perspectiva da complementaridade e conjugação de esforços à formalização das cooperativas.

3. **Instituto de Reintegração sócio profissional dos Ex-militares (IRSEM)**
   - Facilitação do processo de apoio a ex-militares;
   - Apoio metodológico e de constituição, formação de cooperativas de ex-militares e daquelas que integram ex-militares, em número não inferior a dez;
   - Articulação do trabalho com as diferentes instituições afins quanto ao trabalho com ex-militares;
   - Localmente, coordenação do programa presidencial de apoio de ex-militares com 500 tractores;
   - Articulação e viabilização de procedimentos para os financiamentos previstos no âmbito do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário [FADA]
   - Colaboração com a ASCOFA, sobretudo na busca de informação de ex-militares das FAPLA;
   - Realização do trabalho de advocacia em favor de ex-militares;
   - Articulação com o formações com INEFOP
   - Articulação com os demais integrantes do "Task Force", na perspectiva da complementaridade e conjugação de esforços à formalização de cooperativas.

4. **Instituto Nacional para o Apoio as micros, pequenas e médias Empresas**
   - Apoio Institucional as micros, pequenas e médias Empresas;
   - Orientação de consultorias para as referidas empresas;

- Acompanhamento da constituição e o processo de formalização de associações e cooperativas mediante um "Checklist" (Titulo de concessão de terras/direito de superfície; croquis de localização; licenças de exploração agrícola/pecuária; coordenadas bancárias – n.º de conta e IBAN – das contas abertas; estatuto da associação e/ou cooperativa; publicação em Diário da República; acta de deliberação que nomeia os representantes legais; documentos pessoais dos responsáveis da associação/cooperativa; certidão de admissibilidade; certidão de registo notarial; certidão de registo comercial e Número de Identificação Fiscal – NIF)
- Disponibilização e realização de um conjunto de formações específicas para donos e gestores de empresas;
- Presentemente, realização de formações de mentores no âmbito do PRODESI, cuja responsabilidade traduz-se no acompanhamento do desempenho das cooperativas;
- Intermediação de contactos e diferentes acções com o Ministério de Economia e Planeamento, com o Banco operador BDA, assim como os diferentes serviços integrados no "Task Force", na perspectiva dos financiamentos;

5. **Ministério da Justiça - Serviços Notariais Provinciais**
   - Divulgação de leis;
   - Escritura de associações e cooperativas, nos termos da lei 6/12, de 18 de Janeiro para as associações e lei 23/15, de 31 de Agosto para as cooperativas, incluindo o Decreto 301/19 de 16 de Outubro – lei dos emolumentos da Justiça.
   - Aconselhamentos jurídicos em matéria das associações e cooperativas aos interessados;
   - Alteração de escrituras de associações e cooperativas, quando solicitadas pelos interessados;
   - Articulação com os demais integrantes do "Task Force", na perspectiva da complementaridade e conjugação de esforços à formalização de cooperativas.

6. **Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA)**
   - Localização dos terrenos agrícolas;

- Implantação de marcos dos espaços/terrenos,
- Elaboração de croquis;
- Emissão de direitos de superfície;
- Divulgação dos procedimentos para o registo cadastral de terras;
- Recomendação e asseguramento da articulação entre a autoridade tradicional (regedor/soba), serviços Locais de agricultura e Administrações, como primeiro aspecto a ser observado no espírito do cadastramento,
- Instrução, organização, e tramitação de processos de registo cadastral, depois de assegurados os pareceres comunais, municipais e do IDA;
- Organização do processo de concessão e envio ao Senhor Governador para fins de homologação;
- Legalização de terrenos comunitários, no âmbito do Projecto Minha Terra;
- Divulgação da Lei de Terras e correspondente regulamento para proveito dos cidadãos. Exemplo, artigo 50 que se refere a declaração de pobreza.
- Articulação com os demais integrantes do "Task Force", na perspectiva da complementaridade e conjugação de esforços à formalização de cooperativas.

7. **Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA)**

- Divulgação da política agrária no País
- É sobretudo, através das EDA's, a instituição mais imediata na abordagem, facilitação e constituição das associações e cooperativas agrícolas;
- Prestação de assistência técnica aos camponeses, no caso associações e cooperativas agrícolas;
- Concessão do crédito agrícola de campanha com ênfase para sementes e fertilizantes, incluindo o seguimento da gestão do seu reembolso, cujo procedimento é tido como uma das bases para o movimento associativo e cooperativo;
- Acompanhamento do movimento associativo e cooperativo, mediante o registo e actualização permanente das associações e cooperativas;
- Participação directa no processo do registo cadastral de terras, mediante parecer;
- Articulação com os demais integrantes do "Task Force", na perspectiva da complementaridade e conjugação de esforços à formalização de cooperativas.

- Asseguramento da articulação com os demais actores de programas e actividade agrícola nas comunidades, quer seja nacionais ou internacionais, como por exemplo, FAO, Visão Mundial, Caritas, ADRA, etc., etc.
- Integração em importantes programas regionais como o FRESAN e muito recentemente o SREP – Projecto de reforço à Resiliência dos Agricultores Familiares.

8. **Gabinetes Provinciais da Agricultura, Pecuária e Pescas**
   - Coordenação provincial da política agrícola, pecuária e pesca
   - Coordenação e articulação local da actividade do IDA, ISV e Pesca;
   - Coordenação de toda actividade provincial do MINAGRIP;
   - Seguimento e avaliação ao nível da província da abordagem, facilitação e constituição de associações e cooperativas agrícolas;
   - Congregação e articulação com os diferentes actores a actividade afecta ao MINAGRIP (programas e acções);
   - Coordenação e articulação com a UNACA acções atinentes ao movimento associativo e cooperativo e suas correspondentes associações e cooperativas agrícolas;
   - Articulação com os demais integrantes do "Task Force", na perspectiva da complementaridade e conjugação de esforços à formalização de cooperativas.

9. **Instituto Nacional de Segurança Social**
   - Coordenação da actividade de segurança social nas mais variadas facetas previstas por lei;
   - Mobilização e sensibilização de empregadores para o cumprimento das obrigações de segurança social;
   - Encorajamento da aplicação e inscrição autónoma (via on-line) por parte da entidade patronal. Igual encorajamento a associações e cooperativas para esse desiderato;
   - Divulgação do Decreto 295/20, relacionado com entidades empregadores de baixo rendimento, reduzindo assim os actuais 11% contributivos pela metade.

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

- Articulação com os demais integrantes do "Task Force", na perspectiva da complementaridade e conjugação de esforços à formalização das cooperativas.

10. **Administração Geral Tributária**
    - Localização territorial de empresas, associações e cooperativas;
    - Participação do seu cadastro (empresas, associações e cooperativas);
    - Sensibilização tributária (empresas, associações e cooperativas);
    - Emissão de certidões de não-devedores, depois de verificado o cumprimento das obrigações tributárias;
    - Fiscalização da recepção e aplicação de créditos;
    - Articulação com os demais integrantes do "Task Force", na perspectiva da complementaridade e conjugação de esforços à formalização de cooperativas.

11. **Gabinetes Provinciais da Acção Social, família e Igualdade de Género**
    - Estímulo e acompanhamento ao processo de criação das associações de mulheres para a actividade agrícola;
    - Articulação com os demais integrantes do "Task Force", na perspectiva da complementaridade e conjugação de esforços à formalização de cooperativas.
    - Articulação particular com o IRSEM para o acompanhamento de toda a actividade inerente aos ex-militares.

Relativamente a análise de desempenho e avaliação da experiência do trabalho de apoio as associações e cooperativas, as opiniões referem-se ao desafio do próprio movimento associativo e cooperativo, tido como novidade, a resistência à prática associativa e cooperativa por razões da cultura do só receber e consequente mentalidade, o informalismo, a falta de conhecimento no geral e da legislação em particular, o espírito do não-esforço e do simples aproveitamento, as debilidade de um trabalho em equipa de facto, etc.

Quanto ao eventual cepticismo e esperança ao movimento associativo e cooperativo, as opiniões são unânimes e encorajam em um remover das debilidades que decorrem da anterior avaliação.

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.

O encorajamento para esse desafio encaminha-se no seguinte:

- Divulgação da legislação;
- A clarificação do lugar, posição e do papel das associações e cooperativas na sociedade;
- A responsabilização desse movimento associativo e cooperativo a quem de direito,
- A articulação, sem interferências das dinâmicas do movimento associativo e cooperativo;
- Educação, formação e informação a todos os níveis;
- Autonomia e independência das associações e cooperativas.

GOVERNO DE ANGOLA
Acção financiada pela União Europeia
CAMÕES COOPERAÇÃO PORTUGUESA PORTUGAL MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Acção gerida e co-financiada pelo Camões, I.P.